



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNDOS DE PENSÃO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0092/16	DATA: 09/03/2016	
LOCAL: Plenário 1 das Comissões	INÍCIO: 10h32min	TÉRMINO: 14h04min	PÁGINAS: 87

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

HENRIQUE JÁGER - Presidente da Fundação Petrobras de Seguridade Social — PETROS.
ADIR ASSAD - Empresário.

SUMÁRIO

Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.
A reunião foi suspensa e reaberta.
Houve intervenção inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Declaro aberta a 40ª Reunião Ordinária da CPI Fundos de Pensão.

Encontra-se sobre as bancadas cópias da ata da 39ª reunião. Pergunto aos senhores se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Solicitada a dispensa pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Informo a V.Exas. que esta Presidência requisitou ao Presidente da Caixa Econômica Federal a cessão do servidor Diógenes César de Oliveira, que auxilia nos trabalhos de investigação desta CPI.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para tomar depoimento dos Srs. Henrique Jäger, Diretor-Presidente da Fundação PETROBRAS e Seguridade Social — PETROS, Adir Assad, empresário, e Reinaldo Souza da Silva, ex-funcionário do Grupo Galileo Educacional. O Sr. Reinaldo Souza da Silva não foi localizado a tempo e, portanto, não participará desta audiência.

Iniciaremos a oitiva com o Presidente da PETROS, Sr. Henrique Jäger, e, na sequência, o Sr. Adir Assad.

Convido o Sr. Henrique Jäger para tomar assento à mesa. Acompanha o Sr. Henrique Jäger o Sr. Alexandre Barenco, do setor jurídico da PETROS.

Antes de passar a palavra para o depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser apartado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão se inscrever previamente junto à secretaria.

O Relator disporá de 30 minutos para interpelações, os Sub-Relatores, de 10 minutos, os Deputados inscritos, de 3 minutos, para fazer as interpelações.



Para atender às formalidades legais, foi firmado, pelos depoentes, termo de compromisso, que integra o formulário de qualificação, de cujo teor solicito ao depoente que faça agora a leitura.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Você tem a opção de falar no microfone sem fio ou no microfone da mesa.

No intervalo das audiências, eu e o Relator, Deputado Sergio Souza, traremos à Comissão informações mais detalhadas sobre a visita à Usina Canabrava, que aconteceu em diligência externa, na última sexta-feira, na cidade de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro. Foi matéria de ontem do *Jornal da Câmara*, aqueles mais atentos e diligentes já podem ter observado. Mas nós traremos maiores informações a respeito do tema, até porque também acredito que será fruto de abordagem, já que uma das investidoras na Usina Canabrava é exatamente a Fundação PETROS.

Com a palavra o Sr. Henrique Jäger, pelo tempo de 20 minutos.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Bom dia a todos. Eu queria começar cumprimentando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só 1 minuto, peço permissão, e o tempo será restabelecido.

Para nivelar a informação a todos, é a segunda vez que o Sr. Henrique Jäger vem a esta Comissão, como os demais Presidentes dos Fundos de Pensão, que são objeto de investigação, PETROS, POSTALIS, FUNCEF e PREVI. Foi aprovado o requerimento na sessão anterior para a conclusão desse ciclo de investigações, pois se mostrava absolutamente imprescindível o retorno dos Presidentes a esta Comissão, porque eles vieram aqui nas duas primeiras semanas para fazer uma exposição do funcionamento dos Fundos, mostrar como se davam as decisões, detalhes do estatuto. E, com 6 meses de investigação, com certeza hoje remanescem muitas dúvidas, questionamentos que, no curso das investigações, acabaram surgindo de suspeitas de negócios fraudulentos, de má gestão temerária e até mesmo fraudulenta.



Então, todas essas dúvidas serão tiradas, claro que cada Fundo com as suas peculiaridades. E agradecemos a presença do Sr. Henrique Jäger para colaborar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, quero saber quem é o advogado que o acompanha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu o citei, é o Dr. Alexandre Barenco, do setor jurídico da PETROS.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ele não é advogado dele. É advogado da PETROS?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Da PETROS. Já que ele está aqui não como pessoa física, mas na pessoa de Presidente da Fundação PETROS.

Com a palavra o Sr. Henrique Jäger.

Só para passar também, já que estamos nessa fase, Sr. Henrique Jäger, eu pensei até que o Deputado Arnaldo Faria de Sá iria perguntar sobre uma provável agenda. A agenda que nós estamos colocando é que hoje é ouvido o Presidente da PETROS; na próxima terça-feira, o ex-Presidente do POSTALIS, Sr. Antônio Conquista; na quinta-feira, o ex-Presidente da FUNCEF, Sr. Carlos Caser; e, na terça-feira subsequente, o Presidente da PREVI, Sr. Gueitiro Matsuo. Essa é a previsão de agenda, salvo algum empecilho ou contratempo que pode acontecer.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Presidente, só uma dúvida. Na Semana Santa, nós teremos sessões na segunda e na terça. V.Exa. pretende mantê-las? Não seria possível fazer na outra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Na terça de manhã.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na terça de manhã pode ser.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Mas, Deputado, não teremos sessão?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Temos, nos dias 21 e 22.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Teremos, na terça-feira.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Segunda e terça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor quer começar a Semana Santa na segunda, Deputado Enio Verri?



O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Não, não, eu estarei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu também, estaremos.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Aliás, quero dizer a V.Exa. que eu nunca faltei a uma sessão sequer aqui, não só da CPI, mas também do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Exatamente, assíduo na frequência. Faremos na terça-feira de manhã.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Agora, eu estou perguntando a V.Exa. porque temos preocupação com a sessão na terça de manhã. Não teremos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Teremos.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Vai ser concomitante, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Como temos hoje, agora também, sessão extraordinária, respondendo à vossa pergunta.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Aí V.Exa. pretende, depois, estabelecer qual prazo para o processo de relatório? Esse calendário já está encaminhado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Isso eu vou acertar com o Relator ainda. A nossa previsão de encerramento é dia 18 de abril. Então, dentro desse prazo...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, mas há outras agendas, além dessa que o senhor anunciou, não é? Há outros requerimentos aprovados também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sim. Essa é a agenda que eu tenho agora e vou preparar a próxima. E não descarto a possibilidade de uma nova prorrogação, caso esta Comissão e o Plenário se assim entenderem. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Boa sorte, Sr. Presidente. Vamos prorrogar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas isso são eventos supervenientes e futuros. Por enquanto, nós trabalhamos com a data do dia 18 de abril.

Agora, definitivamente, com a palavra o Sr. Henrique Jäger para sua apresentação. S.Sa. dispõe de 20 minutos.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Bom dia. Queria cumprimentar todos. Cumprimento os Srs. Deputados Efraim Filho e Sergio Souza, respectivamente



Presidente e Relator desta CPI, na figura dos quais eu cumprimento os demais Deputados e demais presentes aqui na Câmara. Queria fazer um cumprimento especial à Sra. Penha, pela ponte que fez entre a CPI e a PETROS, na qual eu cumprimento os demais funcionários envolvidos nesse processo, e dar os parabéns para ela e para as mulheres aqui presentes, com um dia de atraso, pelo Dia da Mulher. Fomos muito bem tratados em todos os momentos, entenderam as nossas dificuldades quando atrasamos documentos. Então, eu queria agradecer, de fato, aqui à equipe que apoiou os Deputados e fez a interface, no caso específico, com a Fundação PETROBRAS e Seguridade Social. Vou fazer uma breve apresentação. Quando eu vim aqui, quando eu cheguei aqui, na primeira vez, eu tinha 2, 3 meses recém-assumido e agora eu completei 1 ano. Então, vou fazer uma demonstração do que foi feito nesse 1 ano. Quando eu fui convidado pelo Presidente da patrocinadora, o convite veio pela minha experiência de trabalho com ele no Banco do Brasil, focado em governança. Eu era do Comitê de Auditoria do Banco do Brasil, do Comitê de Remuneração, e fui conselheiro do banco por 7 anos. Essa experiência me fez com que ele me convidasse com o objetivo de fortalecer a governança corporativa na PETROS, de tentar trazer para dentro da PETRO as melhores práticas de mercado, e é um pouco disso que eu vou falar aqui neste momento para os senhores. Eu vou tentar ser o mais breve possível. (*Segue-se exibição de imagens.*) Bom, 1 ano de administração. Rapidamente passando pelo cenário, um cenário econômico extremamente adverso, aprofundamento da crise internacional, com consequências sobre o País, sobre a crise nacional. A mola propulsora ou o contraponto dessa crise, que talvez seja a maior crise do modo de produção capitalista, que é a China, entrando também num processo de arrefecimento do crescimento, saindo de taxas de mais de 10% para taxas próximas a 5%, 6%, com impacto no mundo como um todo, principalmente no cenário de *commodities*, e aí afetando os países periféricos como o Brasil. A missão dada, desde o início, de reforçar as práticas de governança e, também, a necessidade de encaminhar algumas questões estruturais que estavam colocadas. Esse é um plano, o primeiro plano, o Plano PETROS do Sistema PETROBRAS, que é basicamente do que nós vamos tratar, aqui. A PETROS é uma instituição multipatrocinada e administra mais de 40 planos, entre planos instituídos e planos patrocinados. Mas o



principal plano é o PPSP, e a gente vai falar dele bastante aqui na apresentação. Foi o primeiro plano de Previdência criado no Brasil na década de 70, em 1970. Questões estruturais foram passando ao longo do tempo, e não foram sendo tratadas, e uma das minhas missões era: *“Olhe, vamos olhar para essas questões estruturais neste momento”*. Bom, qual é o cenário? Esse aqui é o cenário quando a gente tomou posse, em março de 2015: renda fixa 44,77%. É importante destacar aqui o plano maduro. O que significa o plano maduro? Ele paga mais benefícios do que recebe. Ele é um plano fechado, não entra mais nenhum trabalhador nesse plano, desde o final dos anos 90. Portanto, ele tem que apontar para a liquidez. E a estratégia adotada era aplicar parcela considerável dos recursos em títulos públicos, mas títulos públicos marcados a mercado, e isso é um ponto importante. Quando a gente chegou lá, 90% da carteira de títulos públicos eram marcados a mercado, mas com vencimento de longo prazo. Esse tipo de título sofre muito quando a economia entra em crise. Por quê? Porque a demanda retrai, e aí o preço cai. Como ele está marcado a mercado, isso impacta na minha demonstração financeira. Então, eu sofro. Se eu tivesse marcado na curva, e o que significa marcar na curva? Significa que eu vou levar o título até o vencimento, eu não vou precisar vendê-lo. Então, contabilmente, eu coloco pelo preço de aquisição, que é o preço de face do título, e vou me apropriando dos juros, mensalmente. Isso se eu marcasse na curva. Agora, o que é que significa marcar na curva? Como são títulos de longo prazo, e eu teria que levá-los até o vencimento, e eu ia precisar dos recursos antes, eu não podia marcar na curva porque eu ia ter que vendê-los. Para vendê-los, eu tive que marcar a mercado. Então, o perfil da minha carteira era de 90% de títulos públicos marcados a mercado, com vencimento de longo prazo, renda variável com foco em participações e investimentos estruturados concentrados em FIP. Esse era o perfil da minha carteira, é um pouco do que eu estou passando aqui, da carteira da PETROS quando eu entrei. Quais foram as medidas implantadas a partir de 2015? Primeiro, um processo de, pegando aqui os dois principais planos da PETROS, o Plano PETROS Sistema PETROBRAS e o Plano PETROS-2, a gente foi olhar para a política econômica para ver se essa política econômica está adequada a esse novo cenário que está colocado na crise internacional. Vamos adequá-la o máximo possível a esse novo cenário. Então, adequar a política de investimentos da



PETROS ao novo cenário que estava colocado. Como é que a gente fez isso? Primeiro, vamos tentar diminuir a renda variável e aumentar o limite de investimentos em títulos públicos. Então, essa foi uma decisão tomada pela Diretoria. Segundo, vamos adotar uma estratégia para redução da participação da PETROS em Bolsa de Valores. Vale aqui um rápido parêntese: a gente propôs, fez um estudo, e esse estudo acabou vazando para a imprensa. A PETROS vai vender participações em 12 empresas. O fato é que, quando isso vazou pra imprensa, as ações de algumas companhias caíram 30% em uma semana. A gente foi a público e falou que não era verdade, nós não íamos fazer um processo de venda em bloco, que a PETROS estava sempre aberta a possibilidades, que, de fato, a gente tinha uma estratégia de ir, aos poucos, reduzindo renda varável, mas não tinha definido quais eram as empresas. Voltamos atrás naquele processo, discutimos com o Conselho, que avaliou: *“Olhe, vamos analisar oportunidades caso a caso, não vamos trabalhar em bloco”*. Mas estava colocada a estratégia de se reduzir a participação de renda variável, porque é um plano maduro, portanto, deve correr pouco risco, e o risco em renda variável não é baixo. E uma definição clara de que não haverá novas aplicações em investimentos estruturados. Então, nós não íamos mais fazer aplicações em investimentos estruturados. No outro plano, que é um plano novo, também do Sistema PETROBRAS, porque quando esse aqui foi fechado, ou seja, os novos trabalhadores da PETROBRAS não entram.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O que seriam investimentos estruturados?

O SR. HENRIQUE JÄGER - A gente está falando aqui muito em FIP. FIP, Venture Capital. No Plano PETROS-2 não haverá novas aplicações em investimentos estruturados, é a mesma coisa. Se tiver, só com autorização do Conselho, mas a gente não está fazendo aplicação nenhuma em investimento estruturado. Redução dos limites em ativos de risco: fomos ao mercado e falamos isso para o mercado. Não vamos fazer. Redução dos limites em ativos de risco, incluindo FIPs, aqui, e aumento do limite de investimento em títulos públicos. Aqui há um debate, porque como ele é um plano novo e tá acumulando, e ele vai acumular pelos próximos 22 anos, só daqui a 22 anos é que vai cair, é que eu vou começar a pagar mais do que eu recebo, se não está na hora de eu aumentar um



pouquinho o meu investimento de risco. Mas, mesmo, dada a conjuntura atual, em que os títulos públicos estão pagando uma taxa muito alta, a gente está optando por aplicar em títulos públicos, concentrando as aplicações em títulos públicos. Bom, isso aqui eu já falei, redução da posição em Bolsa de Valores, eu vou dar depois um exemplo. Aquisição de aproximadamente 3,8 bilhões em Títulos Públicos Federais, sendo 2,8 bilhões marcados na curva, ou seja, que eu vou carregar até o vencimento, e 1 bilhão marcado a mercado. Aqui tem uma diferença importante em relação àquele dado que eu dei anteriormente, porque eu estou marcando a mercado, mas o vencimento é de curto prazo, e aí as curvas são muito coladas. A curva de juros real é muito próxima. Por quê? Porque o risco é pequeno, vencimento em 16 e 17. Então, quando eu compro, está colado, eu não estou correndo risco, por mais que eu marque a mercado, porque o vencimento é no curtíssimo prazo. Então, quando eu marquei a mercado, foram títulos de vencimento de curto prazo, e eu não corro risco aqui. Por que é que eu marquei a mercado? Porque eu vou precisar pagar aposentadoria, eu vou precisar desse dinheiro no horizonte de 1, 2 anos, então, eu marquei a mercado. Mais de 90% dos investimentos realizados pela Diretoria, ou seja, os novos recursos foram em títulos públicos, com uma rentabilidade anualizada de 13,6%. Adotamos uma política agressiva. A gente tinha uma carteira de crédito privado. Fizemos uma série de mudanças — e vou explorar isso aqui um pouquinho mais na frente —, mais uma política agressiva de recuperação de crédito. Então, conseguimos recuperar, ao longo de 2015, 37 milhões. E aqui é um pouco da evolução da carteira. Renda variável: saúde, 37% para 33%. Aqui tem dois fatores: redução efetiva em termos absolutos, mas também tem uma redução em termos relativos, porque o preço das ações por conta da queda da Bolsa de Valores baixou. Então, aqui tem esses dois movimentos, uma redução absoluta, que eu vou mostrar lá na frente, mas também tem uma redução relativa. E um aumento dos títulos públicos de 47% para 49,6%, então, a gente está direcionando os recursos para títulos públicos. Aqui eu tenho dois exemplos de duas operações que a PETROS fez de saída do novo mercado, e do quão foi acertada a decisão, a saída de renda variável. JBS, a gente fez uma venda de 770 milhões. Se a gente for pegar no dia da venda — e foi um período, mas o momento em que a gente encerrou a venda —, 15/10/2015 até 29/02/16, houve uma queda de 30,25%



no valor da ação da JBS. Como a gente aplicou em títulos públicos, a gente não só deixou de perder, como a gente teve um rendimento aqui, um custo de oportunidade positivo. A mesma coisa vale para a BRF também. A gente teve uma venda de 1 bilhão em BRF, direcionou esses recursos para renda fixa, para título público. A ação caiu 27% no período em destaque, e a gente aplicou em compromissada, obteve a SELIC, 14,15% ao ano. Então, é um esforço. Agora, se a gente errar o tempo, a gente pode vender na baixa e aí realizar um prejuízo. A gente tem que esperar. A ciência e os técnicos da PETROS estão o tempo inteiro estudando, com a assessoria de instituições externas, qual é o momento em que a gente tem que sair para não realizar o prejuízo e consolidar o prejuízo. Então, esse é o desafio que está colocado para os técnicos para definirem o tempo exato, e a gente, permanentemente, está estudando o mercado. Fizemos uma outra grande venda, que foi a da participação da PETROS na DASA. Nós tínhamos aproximadamente 11% do capital da DASA. Foi feita uma oferta pública de aquisição, e a gente saiu nessa oferta pública de aquisição.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O que é DASA?

O SR. HENRIQUE JÄGER - DASA é Diagnósticos da América S.A., ela é a empresa, não sei se o senhor conhece os Laboratórios Sérgio Franco e Bronson, que é no Rio. Em São Paulo é um famoso que estava em crise, agora eu esqueci o nome. Não é o Fleury, Fleury é uma empresa concorrente. É outro, que era muito usado em São Paulo, passou por uma crise, mas é a maior empresa de laboratórios da América Latina. Ela é controlada pelo ex-dono da AMIL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tem a avaliação desse desempenho de queda da ação, ou de subida da ação, da DASA?

O SR. HENRIQUE JÄGER - A ação da DASA, quando começou a OPA, estava a 6,50. Como houve uma oferta, ela vai se aproximando da oferta. Então, a gente foi a mercado nesse período, tinha ação, nós compramos ação. Nós tínhamos 10%, a gente foi comprando para aumentar a 11, porque a gente sabia que ia vender a 10,50. Então, a gente foi a mercado, porque a ação estava a 6,50, mas ela foi paulatinamente subindo até atingir os 10,50, porque aí ela cola. Na véspera do leilão, ela estava lá, próxima dos 10,50 Então, é natural esse movimento, não é?



Mas ela chegou a bater 7,50 e depois foi subindo. A gente foi comprando também, tanto que saímos de 10% para 11%, e vendemos tudo no leilão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Qual foi o valor arrecadado?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Acho que foram 360 milhões, algo assim, Deputado, mas eu confirmo para o senhor. Eu não tenho de cabeça.

Bom, aqui são algumas das tarefas, quando eu chamei atenção, quando eu fui convidado, ou a principal tarefa era fortalecer a governança da PETROS. Aqui a gente que tem algumas das ações adotadas. Criação de um Comitê de Avaliação e Monitoramento de Risco de Investimento. Esse comitê aqui é fundamental, porque ele não analisa o risco só na entrada. Ele acompanha o risco do investimento o tempo inteiro. Quando eu analiso o investimento, eu faço uma dupla análise de risco. Eu analiso o risco do investimento *stricto sensu*, mas analiso também a contribuição daquele investimento para a minha carteira, para o risco da minha carteira. Mas eu não posso analisar só no momento de entrada, eu tenho que permanentemente analisar, porque, se o risco aumentar, eu tenho que me desfazer, seja da carteira, seja do investimento *stricto sensu*. Então, esse comitê a gente criou, ele é fundamental, é muito importante. Revisão da estrutura do Comitê de Investimento: aqui a PETROBRAS foi importante. A PETROBRAS revisou suas regras de supervisão da PETROS. Esse comitê, hoje em dia, é formado por nove pessoas, sendo quatro indicadas pela PETROS, sem participação da Diretoria, só com o gerente executivo, quatro indicadas pelas patrocinadoras, e um indicado pelos participantes. Portanto, a PETROS tem minoria nesse comitê. E, além disso, qualquer decisão para ser aprovada no âmbito desse comitê — e ele dá um indicativo de aprovação —, tem que ter um quórum de 75%. Portanto, não se aprova nenhuma decisão de investimento, e o valor é de 10 milhões. Qualquer investimento que a PETROS faça acima de 10 milhões tem que passar por esse comitê. Então, eu só faço investimento acima de 10 milhões se passar por esse comitê. Os técnicos da PETROS, que são votos, são minoria, e eu tenho que ter um quórum de aprovação de 75%. O senhor queria fazer perguntas?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você falou da PETROBRAS. Qual é a situação da Sete Brasil?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eu respondo agora, Sr. Presidente?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pode responder agora, porque aí, se você achar que vai atrapalhar o seu raciocínio, pode deixar para depois.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Vai atrapalhar o tempo. O problema é o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Em relação ao tempo, você tem tolerância da Mesa para tanto.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Bom, qual é a situação da Sete Brasil agora? A gente teve uma assembleia recentemente. Os sócios definiram que vão continuar procurando um acordo com a PETROBRAS. A PETROBRAS contratou o BBBI para assessorá-la nesse processo de construção do acordo com a Sete. E, neste momento, está em negociação na mesa para tentar fazer com que a empresa sobreviva. A situação é muito delicada, vou ser bem transparente com os senhores, mas tá todo mundo na mesa com assessorias externas. A Sete contratou uma assessoria, a PETROBRAS contratou uma assessoria, para tentar chegar a um acordo em comum.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Henrique, teve um aumento considerável das ações da PETROBRAS nas últimas semanas. Isso influencia na Sete Brasil ou não?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Na Sete, não. O que influencia a Sete Brasil, olhando a médio e longo prazo, é o preço do petróleo. Essa indústria do petróleo é uma indústria que já nasce com alto grau de terceirização de prestação de serviço qualificado. O preço desses serviços está atrelado, e sempre foi historicamente, ao preço do petróleo. Se o preço do petróleo cai, as prestadoras de serviço reduzem o seu preço. Se o preço do petróleo sobe, as prestadoras de serviço sobem seu preço. Então, como esse movimento está atrelado a uma... O barril do petróleo passou de 40 no mercado, uma série de países e uma série de produtores apontaram que vão congelar a produção, que não vão aumentar a produção, isso está tendo um impacto positivo no preço do barril do petróleo, e a indústria vai como um todo. Portanto, facilita o acordo, porque a tendência é que os preços das sondas subam. Como são sondas muito específicas para o pré-sal, elas têm um apreço ao mercado. A Sete está terminando agora, já estão ficando prontas sete sondas. Das 28, seis sondas estão ficando prontas. Então, essa revisão da estrutura do comitê de investimento é importante. A PETROBRAS foi muito importante nesse processo. Quórum de 75%, o



comitê não aprovou? Não se faz o investimento. Que tipo de investimento? Maior de 10 milhões. Nós estamos falando da PETROS com um patrimônio de 70, 68 bilhões. Mas qualquer investimento acima de 10 milhões passa por esse comitê. Se não passar, não sobe. Novos ativos de crédito com avaliações de agências internacionais. Nós aceitávamos agências nacionais de *rating*. Nada contra as agências nacionais de *rating*. O fato é que muitos dos créditos que depois se mostravam não recuperáveis tinham *rating* A, duplo A, por agência nacional. E, se a gente for pegar a média de erro das agências, em alguns casos chegou a 60%. Quando a gente entrou, esse quadro foi apresentado. A decisão automática foi: *“Olha, confesso que eu não me sinto à vontade e também acho que essas agências erraram e erraram muito. A Grécia era triplo A quando entrou em crise, mas elas têm uma robustez maior”*. Além disso, um investimento, uma empresa que vai captar recursos, quando ela contrata uma agência internacional, tem que ter robustez, tem que ter musculatura. Portanto, sinalizamos para o mercado o seguinte: *“Nós vamos sair de operações mais de varejo, de menor valor, e vamos para operações de maior valor, para empresas mais qualificadas, com rating mais alto”*. Aprovamos na... E aqui também é importante, porque também houve uma mudança na política de investimento da PETROS. A PETROS só financia empresa com *rating* duplo A. Também é uma mudança importante. Adotamos um modelo que... Não sei se há alguma pessoa de banco aqui, mas é muito centrado no COSO, que é um modelo de três linhas de defesa de risco: o primeiro gestor é a primeira linha de defesa; depois, a gente tem a gerência de risco e o *compliance* como segunda linha de defesa; e, depois, a gente tem por fim a Auditoria atuando e olhando para os processos como terceira linha de defesa. Então, você dá uma qualificada, envolve toda a instituição, porque, no geral, o risco ou era terceirizado para essas agências, no geral pelos fundos de pensão, ou o risco estava na mão de um gestor do risco. Quando você coloca o gestor da carteira como primeiro responsável pelo risco, você muda qualitativamente, envolve toda a instituição na gestão de risco. Criação de mais onze comitês gestores. Ou seja, como a gente tem — falei para os senhores — aproximadamente 40 planos, nós pegamos os 11 principais planos e criamos comitês gestores que vão apoiar a direção da PETROS na tomada das decisões em relação não só aos ativos e à aplicação, mas também aos passivos. Contratamos...



Quando nós chegamos, a Deloitte era a nossa auditora. A gente fez um processo... Na verdade, já tinha sido encaminhado um processo de seleção, e o Conselho já tinha decidido que a nova Auditoria da PETROS, Auditoria externa, seria uma das quatro Big Four. E aí a PWC ganhou a concorrência, e nós formalizamos o contrato. Hoje em dia, eles são os nossos auditores externos. Estamos com uma reforma de estatuto em andamento, sobre a qual já conversei. Esse estatuto tem que ser aprovado por todos os nossos patrocinadores e instituidores, mas o indicativo da Diretoria é para eleição de dois membros da Diretoria. Já temos por lei eleição de três membros do Conselho deliberativo. É paritário: três e três. Nós vamos também indicar, nessa reforma do estatuto, eleição de dois membros da Diretoria, e, o que é importante, sem voto de minerva. As decisões vão ter que ser de consenso, negociadas entre as partes. Essa é uma mudança importante. A lei não permite isso para o Conselho deliberativo. Agora, o entendimento da Diretoria — e eu concordo plenamente com isso — é que muitas vezes o voto de minerva permite comportamentos politizados em relação às decisões que estão sendo tomadas. *“Como eu não tenho compromisso, eu sei que ele vai votar, eu voto contra para marcar posição”*. Então, quando você acaba com o voto de minerva, e as decisões vão ter que ser tomadas, se der 2 a 2 o tempo inteiro, a instituição não anda, e as pessoas que estão ali vão ter que ser responsabilizadas por ela não andar. Então, o seu voto se torna mais responsável quando você não tem o voto de minerva. E eu convivo com isso. Muitas vezes os votos são votos, porque: *“Não, mas vai ser aprovado, eu posso aqui falar que sou contra”*. Outro ponto que nós fizemos também — confesso que isso inclusive teve uma influência do meu depoimento nesta Casa — foi a criação de comissões internas para apurar investimentos a partir dos questionamentos que foram levantados aqui, e essa comissão está em andamento ainda. O senhor me dá mais 5 minutos, Presidente? Obrigado. Além disso, do ponto de vista de governança, aqui há um quadro. A Auditoria interna, que está aqui, antes era subordinada à Diretoria executiva. Como nós vamos ser auditados por essa Auditoria — o tempo inteiro, as decisões da Diretoria são auditadas —, entendemos que esse poder de influência que eu tinha... Esse setor aqui ser subordinado à Diretoria era ruim. Do ponto de vista de governança, qual era a melhor prática? Subordino a Diretoria ao Conselho deliberativo. Então, a gente fez essa mudança,



tirou a Auditoria daqui para cá, duplicou o número de trabalhadores na Auditoria interna e multiplicou o orçamento em mais de 10 vezes, para dar liberdade e capacidade de eles fazerem as análises necessárias. Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só esses números, quantos eram antes?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eram três auditores; passaram para sete. O orçamento era 20 mil e passou para 200 mil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Esse orçamento quem fez foi o auditor, não foi a gente. Se ele botasse 500, foi o que ele avaliou que era necessário. Todas as despesas de viagem estão fora disso. Isso é só para as despesas do processo de trabalho. A gente também está mudando a ouvidoria. A ouvidoria tem uma característica na PETROS... Outro ponto importante na Auditoria — esqueci-me de falar, desculpe — é que nós criamos o canal de denúncia. É um canal de denúncia terceirizado. Portanto, a gestão não está sob a administração da PETROS. A empresa está sendo contratada agora e vai ficar sob a administração da Auditoria interna. A ouvidoria tem a característica de ser a segunda linha de atendimento ao aposentado. A gente tem um SAC, um sistema de atendimento. Não resolveu no SAC — e 95% dos atendimentos, que são em média 5 mil por mês, 95%, ou mais, 97% são resolvidos nesse serviço, no SAC —, não passou pelo SAC? Vai para a ouvidoria. Mas a ouvidoria está mudando. Em vez de ela ser... Ela vai ter capacidade, da mesma maneira de uma Auditoria interna, de propor soluções para aqueles problemas recorrentes. E vai poder... E, quando ela propuser a solução, se a área não executar, essa área vai ter que se explicar junto ao Conselho deliberativo por que aquela proposição da ouvidoria não foi contemplada. Portanto, ela passa a ter o mesmo poder da Auditoria interna, que já fazia isso. Bom, estamos criando 11 comitês, para os quais já chamamos a atenção. Criamos a Gerência de Gestão de Risco de Investimento, que neste momento está vinculada à Diretoria, mas que vai passar para a Presidência — a gente já está discutindo isso —, e a Gerência de Conformidade, que estava vinculada ao administrativo, veio para a Presidência. Então, no futuro, aqui embaixo vai haver Conformidade e Risco, ambas vinculadas à Presidência de uma maneira que eu monitore o risco da PETROS como um todo e



segmentada na Diretoria de Investimento. Então, quem toma a decisão de investir não monitora o risco. O risco vai ser monitorado por outra área. Portanto, está segmentado o processo de decisão na PETROS. Em que pese a PETROS ser uma instituição multipatrocinada, a gente tinha um orçamento deficitário, tinha uma receita da ordem de 130 milhões e uma despesa da ordem de 240 milhões. Tínhamos um fundo e vínhamos usando os recursos desse fundo, um fundo de aproximadamente 1 bilhão. Então, tomamos uma série de decisões, o que implicou uma economia de 54 milhões. Assumimos em março. Entre março e dezembro, fizemos uma economia de 54 milhões, desde renegociação dos contratos, como todas as empresas estão fazendo. Nós estamos em crise. As empresas prestadoras de serviço aceitam renegociar os contratos — então, renegociação de contratos. Estabelecemos que todos os contratos têm que ser por tomada de preço. Em que pese a PETROS ser uma entidade privada, a gente adotou: *“Olha, não pode ser... Só com tomada de preços ou, na falta de mais de um fornecedor, tem que justificar, e aí é fornecedor exclusivo”*. E aí outra série de medidas de menor tamanho, como controle de hora-extra, fim de cartão corporativo, fim de verba de representação, uma série de medidas que foram sendo tomadas, que permitiram a gente sair de um orçamento, quando a gente entrou, da ordem 246 milhões e realizar um orçamento de 192 milhões. Ainda continuamos com o desafio de continuar reduzindo o volume de gastos da PETROS, mas também estamos discutindo com os planos talvez a necessidade de ter que aumentar a taxa de administração, porque hoje em dia a PETROS cobra a menor taxa do mercado. Em alguns casos, 3%, 4%. E, pela legislação, nós poderíamos cobrar 9%. Então, esse buraco... Nós ainda temos um buraco no orçamento... “Buraco” não é o termo. Nós ainda temos uma diferença no orçamento, que nós vamos tentar buscar também por aumento de receita. Podemos continuar? Estou finalizando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pode.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Bom, aí há as questões estruturais, que também foi um dos pedidos que me foram dirigidos. Um questão técnica — não sei se os senhores querem aprofundar neste assunto — é a adoção da família real. Desde quando esse plano foi criado, nos anos 70, fez-se uma estimativa da família dos aposentados, e essa estimativa ia sendo atualizada, mas nunca foi de fato



revisitada. Está lá, desde a década de 70. Quando a gente foi visitar isso agora, a gente viu que havia, por conta do cadastro... Quando o trabalhador se aposenta na PETROBRAS, ele vai lá e atualiza o seu cadastro. Então, você sabe exatamente quantos filhos ele tem, se ele se casou de novo, se ele não se casou de novo. Quando a gente pegou aquela estimativa, *vis-à-vis* o real, a gente viu uma diferença. E essa diferença, a gente vai apropriá-la agora neste final de ano, e vai deixar de trabalhar com estimativa e passar a trabalhar agora com o que a gente chama de família real do aposentado. Isso vai dar clareza sobre qual é de fato o tamanho da reserva matemática necessária para o plano. Houve um processo em 2007 de mudança no regulamento do plano, em que dois grupos claramente foram formados: 75% dos trabalhadores aceitaram, 25% não aceitaram. Então, a partir daí, o Conselho da PETROS tomou a decisão de separar esses trabalhadores que aceitaram a mudança no regulamento daqueles que não aceitaram, criando dois planos diferentes. Esse processo é chamado de cisão. Havia uma decisão de fazer esse processo, mas ele não estava... Ele estava parado. A gente retomou o processo, porque havia uma decisão do principal órgão da Casa. Hoje em dia, esse processo está sendo encaminhado para a PREVIC, para ela bater o martelo. A PETROS já está preparada para — se a PREVIC der o “O.k.” — realizar a cisão dos planos. Busca do equilíbrio no custeio administrativo dos planos. Sobre isso eu já falei. Talvez tenhamos que aumentar a receita administrativa. Estamos em discussão com os planos. E o pagamento do acordo dos níveis. Aqui eu queria fazer um parêntese, porque, Deputado, na minha primeira intervenção aqui, depois vendo alguns documentos dos aposentados, eu provavelmente na minha fala me comuniquei de maneira equivocada e dei a entender que os problemas do plano eram culpa dos aposentados. Em nenhum momento eu quis dizer isso. Os problemas do plano são culpa do regulamento do plano, e os aposentados buscam seus direitos. Essa é a discussão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas você faz essa *mea culpa*, porque, na sua fala, deu a entender que foi.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eu não quis dar a entender, mas as palavras às vezes são invenção do diabo: não saem, a gente pensa uma coisa e sai outra. Então, eu queria fazer essa correção. Em nenhum momento, eu quis dar a entender



— ou, se eu dei, eu peço desculpas — que o déficit, o problema do plano eram os aposentados. Não! O problema do plano é o regulamento, que tem que ser revisto. E quais são as consequências? Muitas vezes os regulamentos não são cumpridos, no entendimento dos aposentados, e eles entram na Justiça para fazer valer os seus direitos. Esse aqui é um caso: pagamento do acordo de níveis. Só isso aqui teve um impacto de 3 bilhões na PETROS, com mais uns 4 bilhões que eu tenho provisionado para fazer frente a ações que os aposentados fazem por entenderem que têm direito, nós estamos falando já de 7 bilhões.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Os aposentados não têm culpa, então?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não! Os aposentados estão exigindo... Na visão deles — é importante, Deputado —, a PETROS não está se posicionando. Eu estou aqui no meio: de um lado, eu tenho a patrocinadora; de outro lado, eu tenho os aposentados. A patrocinadora tem outra opinião. Então, o que a gente está encaminhando — e a gente vai encaminhar — é um debate entre patrocinadora e participante, para ver a qual denominador comum a gente chega. Então, eu só queria fazer essa observação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ainda dentro dessa temática, qual o impacto dessa cisão dos planos — essa separação em 75% e 25% —, qual é o efeito, o impacto pragmático dessa cisão?

O SR. HENRIQUE JÄGER - O senhor me dá 2 minutos para eu explicar o efeito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Dou.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Quando foi feita essa separação, quando foi feito esse processo, os 75% que a gente fala que repactuaram, ou seja, que aceitaram a mudança no regulamento, abriram mão de uma cláusula que garantia ao aposentado aumento real como se na ativa estivesse. Esse plano previa isso. Independente de o aposentado ter contribuído para fazer a reserva matemática necessária para o pagamento do seu benefício, ele, aposentado, se o cargo dele tivesse aumento real, ele recebia aumento real. Isso estava previsto no regulamento. Setenta e cinco por cento abriram mão dessa cláusula. Havia um incentivo, à época, de 15 mil reais, e algumas outras coisas mais, e 75% abriram mão. Mas 25% não



abriram mão dessa cláusula. Então, o que se está fazendo nesse momento? Uma vez que esses 25% não abriram mão e continuam indo para a Justiça para fazer valer o que eles entendem que foi o aumento real que a companhia deu... Foram outras verbas que a companhia deu, como aumento, por exemplo, no plano de cargos e salários ou outra verba que a PETROBRAS colocou. E eles estão indo para a Justiça. Só que, como é um fundo único, se eles ganharem, todo mundo paga, inclusive aquelas pessoas que abriram mão. Então, qual foi a decisão do Conselho? É um direito do trabalhador ir para a Justiça, se o entendimento dele for esse. Mas é preciso separar: de um lado, aqueles que repactuaram, que abriram mão daquela cláusula; do outro, aqueles que não repactuaram. Então, esse é o processo. Do ponto de vista de impacto financeiro, nenhum. Podemos continuar? Eu acho que estou terminando. Bom, resultados de 2015. Esses dados, Deputado, são dados que nós não publicamos ainda. Vamos publicar hoje. Equilíbrio técnico: em novembro, quando nós assumimos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, é, em primeira mão, para a CPI.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Em primeira mão, para a CPI. Nós não fechamos os resultados de dezembro. Por isso que eu não trouxe. Confesso para os senhores que, se eu trouxesse os de dezembro... Nós não fechamos, porque a PwC pediu alguns ajustes. Mas eu teria que pedir para fechar a sessão, porque são dados sigilosos. Aliás, neste ponto, eu quero dar os parabéns para a CPI, porque, de todas as informações que foram passadas, nenhuma delas vazou. Então, isso é importante. Eu quero frisar isso, do ponto de vista da PETROS. De todas as informações que foram pedidas, nenhuma delas veio a público, como nós já vimos em outros trabalhos, em alguns momentos. Então, eu queria também reforçar isso. Mas teríamos que fechar a sessão, porque isso não passou ainda pelos Conselhos da PETROS. Como nós não temos o dado, nós estamos trazendo o dado de novembro, que vai ser publicado hoje no *site*. Eu pedi para publicarem quando eu começasse a falar aqui. Em 31 de dezembro de 2014, a PETROS estava com um déficit de 6,2 bilhões. Quando nós assumimos, em março, esse déficit já era de 8,11 bilhões. E o saldo final, agora em novembro, era um déficit de 16 bilhões. Quais são os principais agravantes desse déficit? De um lado, o passivo foi corrigido pela



inflação, com a perspectiva de evolução real do salário dos trabalhadores. Então, foram mais de 8 bilhões só em passivo. E os investimentos não acompanharam isso. Em tese, o passivo cresce, e o investimento tem que acompanhar. Essa é a meta atuarial. Como os investimentos não acompanharam... E por que não acompanharam? Aí, é um pouco em razão do perfil da carteira da PETROS, de que estávamos falando no início. Eu tenho um estoque grande de renda variável, que está sofrendo com a crise, e eu tenho títulos públicos de vencimento muito longo — 40, 45 e 50 —, marcados a mercado. Esses títulos públicos, que, em tese, são um investimento sem risco, como eles são de vencimento muito longo, quem demanda esse investimento? Fundo de pensão e investidor internacional. Como esses investidores saíram do mercado, o preço do título despencou. E, aí, isso afeta o meu resultado. Isso significa que a PETROS está quebrada? De maneira nenhuma, porque eu não tenho que vender esses títulos. Eu só vou vender aqueles títulos da renda variável, como foi o exemplo da BRF e da JBS, quando tiver um bom momento. Eu tenho o dinheiro para pagar as aposentadorias agora sem precisar vender. Quando a economia retomar... Eu conversava esta semana com um analista de mercado, e ele me dizia: *“Henrique, a diferença entre as curvas do preço de mercado e do preço do título de longo prazo está muito grande. O mercado está começando a despertar para isso. Vai aumentar a demanda por esse título. Aí, vai começar a subir o preço do título, e nós vamos capturar isso.”* A mesma coisa ocorre com a Bolsa. A Bolsa chegou a bater...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual é essa diferença? Quanto que caiu?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Nós perdemos bilhões nesse processo. Depois eu posso passar para o senhor. Mas é muito grande, porque é um título que ninguém quer comprar, porque o vencimento é muito longo. Então, isso afeta muito.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E em percentual? Por exemplo, caiu este ano isso? É isso o que senhor está dizendo?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Caiu nos últimos 3 anos. Nos últimos 3 anos, vem caindo. No ano passado, muito, e, neste ano, também continuou caindo. Estão falando em 30%, 40% de queda, uma coisa muito grande. Vão subir de novo. Eu vou levá-lo até 40, 45, 50? Não, quando as curvas se aproximarem, eu vendo, mesmo



porque esse plano vai precisar de liquidez antes disso. Mas, neste momento, eu não vendo, mas aparece no meu balanço. Por quê? Porque está marcado a mercado, e eu tenho que colocar no balanço. Aqui tem outros fatores... Bom, então, de um lado, investimento; e, do outro lado, o crescimento do passivo, que é natural, pela inflação. O meu passivo atuarial cresce pela inflação, mais a expectativa de aumento dos salários, seja por conta de aumento por tempo de serviço... Isso tudo eu tenho que levar em consideração, porque eu vou pagar o benefício, lá no final, para o aposentado. Podemos avançar? *(Pausa.)* Bom, aí eu estou falando do Plano de PPSP, que é o principal plano, com um déficit acumulado de 6,2 bilhões. Metade dele era o acordo de níveis. Foi a minha primeira intervenção aqui. E, aí, quando eu falei isso... *“Bom, então foram os aposentados.”* Não é isso que quero dizer. Não quero dizer que eles não tenham direito a isso. Agora, o fato é que esse direito deles implicou um agravamento da situação da PETROS. Aí, tem-se a inflação, a família real, de que nós vamos tratar ainda este ano, e o comportamento dos investimentos, que é Bolsa e títulos públicos. Isso justifica aquele déficit que está apresentado. Podemos avançar? Com relação ao equacionamento, essa é uma angústia dos aposentados e minha também. Confesso que me tem tirado muitas horas de sono e me colocado muitos cabelos brancos. As regras vão ser discutidas ao longo de 2016, nós vamos chamar os representantes dos trabalhadores, vamos chamar a PETROBRAS, vamos envolver a PREVIC, vamos envolver todos os atores nesse processo. Todas as possibilidades vão ser analisadas, vamos olhar para o regulamento do plano, vamos olhar para... Os senhores aprovaram a Emenda Constitucional nº 20, que define como os fundos de entes públicos podem colocar recursos, aprovaram a Lei nº 108, que também regulamenta isso. Então, nós vamos olhar para todo esse processo. Eu queria também aqui chamar a atenção para uma melhoria na legislação, que os senhores também construíram ao longo desta CPI, que foi a mudança na regra, a possibilidade de se equacionar, quando chegar a 10% ou 3 anos consecutivos, ou adotar o cone. Isso tem um impacto positivo para a PETROS, porque minimiza a necessidade de equacionamento. Essa também foi uma proposição da CPI, é importante registrar esse avanço, porque a legislação anterior dialogava com o curto prazo. Agora, passou-se a dialogar também com o longo prazo. E eu mostrei aqui que o efeito do longo prazo no resultado é grande,



vide títulos públicos marcados a mercado, vide Bolsa de Valores. O plano será discutido por todos e será aplicado somente a partir de 2007, na pior das hipóteses. Se conseguirmos, podemos até jogar um pouco para frente, se fizermos um Termo de Ajustamento de Conduta com a PREVIC ou uma negociação, se o mercado começar a melhorar, e isso impactar positivamente. E é um pouco da mudança na legislação. Com a mudança na legislação, promovida por esta Casa, partindo de proposta desta Casa, só o que exceder o novo limite é que vai ser equacionado. Acho que são somente mais dois eslaides. Só para fechar: comportamento no longo prazo. Vemos que a rentabilidade, de 2002 para cá, que está em azul, superou a meta atuarial. Então, foram questões estruturais do plano, do regulamento do plano, um plano antigo, que implicaram o déficit. Então, em longo prazo, bate-se a meta atuarial, mas, mesmo batendo a meta atuarial, tem-se um déficit, por conta da estrutura do plano. Aqui vemos somente os dados: a rentabilidade de 413% e a meta atuarial de 346%. Não há risco de insolvência. Volto a repetir isto: não há risco de insolvência, não há risco de a PETROS não pagar, não existe a mínima hipótese. E o patrimônio da PETROS é de 65 bilhões de reais, com a solidez necessária. Os ajustes têm que ser feitos, estão sendo feitos, estão sendo encaminhados. E nós esperamos que essa situação comece a melhorar já a curto e médio prazo. Nós queremos dar conforto para o aposentado que contribuiu a vida inteira, que tem o sonho de receber os seus recursos, vem recebendo os recursos em dia, nos últimos 45 anos, e nós queremos continuar fazendo isso. Acho que eu encerrei. Eu queria agradecer e pedir desculpa para o Plenário pelo excesso de tempo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem, Sr. Henrique Jäger. A intenção da Comissão é obter informações. E, por isso, essa tolerância com relação ao tempo para a exposição de V.Sa.

Com palavra o Relator, Deputado Sergio Souza.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Bom dia a todos. Vamos começar, Sr. Henrique, pela parte final. O senhor disse que, quando assumiu, o déficit era em torno de 8 bilhões; em 2014, foi de 6 bilhões, e, ao final de 2015, foi de 16 bilhões. Na verdade, não é a soma dos 6 bilhões mais os 8 bilhões. Quer dizer o seguinte: dos 8 bilhões, aumentou para 16 bilhões, é isso?

O SR. HENRIQUE JÄGER - O acumulado é 16 bilhões.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas o acumulado, em março, era de 8 bilhões?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA -Então, quer dizer que teve mais 8 bilhões de déficit no período de março até dezembro de 2015.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Isso. Muito por conta do comportamento da Bolsa e dos títulos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Um bilhão por mês.

O SR. HENRIQUE JÄGER - É.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor colocou também que mudou um pouco a governança e as políticas internas da PETROS. Gostaria de saber se a CPI influenciou nessas decisões da PETROS.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eu penso que sim, também, Deputado. Eu fui com uma missão. Quando eu entrei, já estava claro para a Presidente da patrocinadora, da principal patrocinadora, que, assim como da PETROBRAS, falou assim: *“Henrique, na PETROBRAS nós estamos fazendo mudança de governança e fortalecimento da governança. Vê se na PETROS também não tem que fazer.”* Então já estava no radar. Agora, não tenho dúvida de que os processos se retroalimentam, não tenho dúvida.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E, dentro da sua exposição nessa mudança de governança e de atitudes de investimentos, uma delas foi diminuir os investimentos em FIPs, em Fundos de Investimento em Participações. Por que vocês tomaram essa decisão?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Por conta... Até nós tivemos um bom debate aqui a respeito disso. Eu lembro que o Presidente questionou muito o fato de você ter a famosa Curva J. O que é a Curva J? Eu faço aplicação o recurso; o recurso é investido; a empresa está em fase pré-operacional; ela gera um prejuízo. Portanto, eu tenho um prejuízo até determinado momento. Quando aquela empresa começar a produzir, começar a apresentar resultados, a ideia é levar a mercado e vender. Ora, se eu tenho um déficit, Deputado — e um déficit crescente —, e se eu faço um investimento e ele gera um prejuízo no primeiro momento, eu vou agravar ainda mais esse déficit. Então essa era uma estratégia quando eu não tinha déficit, era



uma estratégia aceitável quando eu não tinha déficit. Agora, a partir do momento em que eu tenho déficit... *“Olha, eu já tenho recursos aplicados em FIPs antes de eu ter déficit.”* Agora, a partir do momento em que eu tenho déficit, aplicar o recurso em um novo FIP com um déficit, que vai ter que ser equacionado, seria ruim. Por quê? Porque ele tem 4 ou 5 anos para dar resultado, e o trabalhador já está contribuindo para aquele déficit que ele gerou. Portanto, o entendimento da Diretoria foi: *“Não vamos fazer novos FIPs”*. Foi por isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então é claro que esses FIPs, durante esses últimos tempos, esses últimos anos, deram um déficit ou até mesmo prejuízo.

O senhor sabe nos dizer quais são os FIPs que deram déficit ou prejuízo para a PETROS?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eu não tenho a lista de cabeça aqui, Deputado. Primeiro, é o seguinte: por definição, o FIP tem a Curva J. Por isso a gente tem que tomar cuidado. Eu faço o investimento, eu aplico o recurso no FIP; a PETROS ou qualquer outro fundo de pensão aplica recurso no FIP. Esse dinheiro é gasto pela empresa pré-operacional, ela dá prejuízo para depois ela dar resultado. Então depende da maturidade. Tem FIPs que são de meados dos anos 70 que estão dando resultados positivos. Tem FIPs que são de 2011 que estão dando resultado negativo. Como eu tenho mais de uma dúzia de FIPs, Deputado, eu não tenho de cabeça. Alguns deles a gente acompanha com mais cuidado...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Vamos...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Um deles é esse que o senhor visitou, que os senhores visitaram.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual?

Então vamos lá. Canabrava...

O SR. HENRIQUE JÄGER - A gente acompanha com mais cuidado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor acha que o Canabrava vai dar retorno?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Nós estamos discutindo isso neste momento. O que nós pedimos? Eu queria fazer essa afirmação aqui. Nós assumimos em março. Em junho nós mandamos uma carta para todos os cotistas do fundo com uma série de medidas de governança, inclusive a troca do gestor. Portanto, nós discutimos a



troca do gestor em junho. Qual é a nossa avaliação? Pegamos os FIPs, fizemos um diagnóstico dos FIPs, vamos fazer mudança naqueles FIPs que não estão performando como tínhamos expectativa. Essa era a expectativa nossa: “*Vamos mudar o gestor para ver se ele muda aquela realidade*”. Nós inclusive indicamos um gestor para os outros cotistas, que não foi aceito porque o principal cotista tinha poder de veto e não levou a questão para a frente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nós estivemos lá...

O SR. HENRIQUE JÄGER - O que nós estamos fazendo? Trabalhando... Perdão, Deputado. Trabalhando para mudar o gestor para tentar dar uma nova dinâmica, para o fundo performar.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas assim, Sr. Henrique, eu vi inclusive pela sua exposição. A PETROS se cercou de especialistas, inclusive de nível internacional, que são as agências de *rating*.

A questão da Canabrava, eu e o Presidente, juntamente com a nossa Consultoria, estivemos lá na última sexta-feira. Aquilo lá não precisa de especialista para ver que não tem como dar lucro aquilo. É algo muito pontual. Primeiro, há uma fantasia de investimento em quatro usinas. Uma — nós estivemos lá —, realmente é uma usina bem equipada, é uma usina nova, com uma caldeira antiga e outra mais nova, mas com uma central de geração de energia bastante moderna. No entanto, não tem credibilidade essa usina no mercado; deve 6 milhões a cortadores de canal! Ou seja, um fundo que captou 700 milhões de reais e não investiu nisso? Não temos nenhuma dúvida de que não investiu. E, de repente, deve para cortador de cana da safra passada e vai começar a cortar cana agora. E só conseguiu 25 funcionários, com 20% a 25% da sua capacidade. As duas outras não saíram do papel; e a terceira, que é uma sucata que foi comprada, assumiu algumas dezenas de milhões de reais. E isso era para fazer a recuperação, que até agora não começou... Está certo que há um plano de investimentos agora, a partir de junho de 2016. Mas aquilo só... Não precisa de especialista para ver.

Então, a minha pergunta é assim: dentre esse investimento, temos outros como o Multiner Fundo de Investimento em Participações; nós temos como a questão da Galileo, nós temos o fundo da Trendbank; são todos eles investigados



pela CPI, e também são investidores a PETROS, além de outros fundos de pensão. Mas para nós já está bastante claro que dificilmente conseguem voltar.

Então, minha pergunta direcionada a todos esses fundos de investimentos, para não ficarem perguntas repetitivas em relação a esses fundos: qual é a atitude que a PETROS está tomando para recuperar essas perdas ou para estancar perdas? Porque eu vi que é uma atitude da PETROS tirar o pé na questão de fundos de investimentos, já tirou o pé. E já endureceu a liberdade dos investimentos, aumentando a participação das pessoas dentro dos Conselhos e colocando um percentual superior aos 50% — não tem só voto de minerva, tem que ter 60%. É bacana, achei legal essa governança que vocês estão adotando. Mas, e daí, para recuperar esses prejuízos, qual atitude que a PETROS está tomando?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Posso citar... Vou citar dois exemplos aqui que o senhor... Trendbank: nós lideramos o processo de troca do gestor e lideramos o processo de denunciar ao Ministério Público todos os envolvidos nessa operação. Então nós estamos...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor poderia explicar qual é o fundo Trendbank para as pessoas, só para...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Trendbank é um fundo, um FIDC — Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, em que o sacado, por exemplo, faz um contrato com uma empresa X. Ele tem, ele tem... Não tem um recurso, mas ele tem lá um contrato e ele dá esse contrato como garantia e pega uma promissória.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Uma promissória.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Isso, uma promissória, pega uma garantia. Problema do Trendbank é que... Bom, você tem três: você tem o gestor, você tem o administrador e você tem o custodiante, os três são fundamentais no FIDC. O custodiante tem um papel central, por quê? Porque, como são operações de pequeno valor, têm que ser operações muito bem documentadas, e eu estou pegando um contrato assinado por uma companhia e estou dando como direito para o fundo receber... Então, se eu não tiver uma contabilidade e tudo registrado... E o dinheiro só pode sair do fundo se o custodiante liberar. O custodiante é quem libera o dinheiro. Ora, então, o que a gente fez? Nós estamos olhando... E, em 95% dos recursos liberados por esse fundo, a PETROS tinha uma participação pequena,



pequena: 23 milhões e 400 mil, que dá quase, dá 5%. Mas de qualquer maneira, em 95% dos recursos, não há documentação. E o custodiante era o Santander. Então, nós entramos na Justiça contra o Santander, estamos entrando na Justiça contra o Trendbank, estamos entrando na Justiça contra a administradora...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O Trendbank não terá como pagar isso, mas o custodiante, com certeza, terá.

O SR. HENRIQUE JÄGER - A gente está indo ao custodiante, porque ele não poderia ter liberado os recursos sem a documentação. Então, nós estamos entrando... Nós lideramos esse processo. Quando houve a troca do administrador, em 2013, nós votamos contra na Assembleia, fomos voto vencido. A PETROS votou contra na Assembleia, foi voto vencido. Essa mudança no administrador permitiu acelerar o processo de utilização dos recursos no fundo de investimento. Então, nós estamos na Justiça. Galileo: no Galileo, nós aplicamos 24 milhões; recebemos 13 milhões. Quando a gente viu que a companhia estava sendo asfixiada, inclusive, por conta do contrato, porque toda receita do curso de Medicina ia para pagar o contrato, e eles não tinham acesso, nós estamos na Justiça. Recebemos 13 milhões, mas estamos na Justiça contra eles. Multiner acabou de fazer um pedido de aumento de valor no fundo, e a gente negou e disse: *“A gente só faz depois que a gente tiver o valor eixo, quando a gente tiver a rentabilidade.”* Nós não temos e vamos tomar todas as medidas a partir desse quadro, o que vale também para o Canabrava. O que nós estamos trabalhando? Multiner troca o gestor. Já trocou. Canabrava troca o gestor, para colocar um outro gestor para ele fazer o diagnóstico.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas vocês têm uma análise do quanto é que vale isso hoje?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Esses novos gestores vão fazer essa análise. Nós precisamos do novo gestor para ele dar um quadro real do fundo. A gente vinha tentando atuar na governança, e não conseguia atuar na governança. Então, qual foi a decisão? Vamos trocar os gestores.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, a decisão é manter os investimentos nesses fundos que já existem.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Tem um quadro.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E vocês têm uma ação de diminuir, de reduzir os investimentos nos FIPs futuros. Por que vocês...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não vamos aumentar os FIPs.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Deputado, V.Exa. me permite?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Claro, claro, Deputado.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Esses novos gestores, você vai ao mercado buscar esses novos de gestores?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Ao mercado.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Como funciona, porque também foram ao mercado buscar os gestores anteriormente, não foi? Como é isso? Desculpe-me.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não é a PETROS que define. É uma assembleia de cotistas, e a gente tem alguns... O que nós temos pegado? Nós temos pegado gestores referências no mercado. São grandes problemas. Então, a gente tem pegado quais são as referências, quais são os gestores. Por exemplo, no Trendbank, o Brasil Plural está lá — inclusive, acho que os senhores tiveram o relatório em que se baseou o Ministério Público. Então, é um grande gestor, com especialização em recuperação de crédito e está olhando para esse fundo. A gente chamou... A gente, não. Os cotistas conversaram com a Vinci para estar atuando no Canabrava. Então, a gente está pegando referências no mercado, e os cotistas se reúnem, discutem entre eles, a partir de um leque de dois ou três nomes, e definem. Então, são gestores referências no mercado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Bom, então, só retomando a pergunta: vocês não estão reduzindo os investimentos em FIPs, é isso? Vocês estão tendo mais cautela?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Nós não vamos... Não, nós não vamos fazer investimentos em novos FIPs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eles estão cancelando, pelo que eu entendi.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Daqui por diante, para o futuro, e tentar se desfazer do que é lixo, é isso?



O SR. HENRIQUE JÄGER - Vamos tentar recuperar... Eu, Deputado, vou ser muito sincero com os senhores. Eu não sei... Os senhores visitaram a Canabrava. Eu não sei o quanto, não sei se eu consigo recuperar vendendo esses ativos o que eu coloquei. Eu não sei se na Multiner eu consigo. Na Multiner, eu sei que tem um cálculo, neste momento, em andamento e naquela data também a gente estava brigando para mudar o gestor. Então, eu quero mudar o gestor para ter um quadro, para daí definir qual estratégia que eu vou adotar. Se esse gestor entrar e falar assim: "*Esse desvio aqui*"...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Porque isso, no balanço, não está lançado como prejuízo. Está lá como possível...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, como prejuízo, como prejuízo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Já está como prejuízo?

O SR. HENRIQUE JÄGER - É porque vai, quando eu faço um investimento, ele ali vai... O resultado negativo já vai, já vai... Eu já vou agravando. Por isso é que o FIP... Por isso é que eu falei que eu não invisto mais em FIP quando eu tenho déficit, porque, como ele agrava o meu balanço e eu vou fazer um plano de equacionamento com base nesse balanço, não tem sentido por conta do período da curva J. Então, nesse momento, eu não faço FIP. Essa é a minha opinião enquanto gestor. Outros podem ter opinião diferente, mas a minha opinião é essa. Então, para o futuro, eu não faço. O que eu vou fazer aqui? Uma vez diagnosticada a situação concreta dessas empresas, se for necessário, eu vou entrar na Justiça. Essa é que é... Se está caracterizado, o gestor novo entrou e teve desvio aqui, a PETROS vai fazer o que ela fez no Trendbank. Vamos brigar com os cotistas para entrar na Justiça.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Porque isso deve, inclusive, começar a influenciar outros fundos de pensão. A PETROS tomou essa decisão e ela fez o quê? Uma análise de riscos, porque hoje os fundos de investimento em participações têm um devido risco. O senhor sabe nos dizer quais são esses riscos hoje?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, você tem vários riscos, risco de não performar, de não conseguir faturar... Como o senhor falou, eram quatro empresas, mas, na verdade, só tem duas, uma outra foi...



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Henrique, o problema não está lá no início, quando se montou esse fundo de investimento, que já era um fundo de investimento que tinha uma intenção no futuro de... Se pegarmos esse do Multiner, por exemplo, o cidadão que esteve aqui depondo este ano ainda... A percepção é de que o cara precisava transformar os papéis que ele fabricava — e nem se deu ao trabalho mais de assinar as promissórias — em dinheiro, porque ele precisava captar aquilo que tinha assinado no início do contrato: os fundos de pensão e os demais investidores que iriam aportar os 400 milhões. Então, ele precisava fabricar papel e ele foi fabricando isso. E lá há o custodiante, que é o Santander, que tem que assumir a responsabilidade.

Mas o que eu estou perguntando é o seguinte: não houve negligência ou as agências de *rating* não tiveram, de certa forma, leviandade na hora de analisar esse tipo de investimento? Porque não é um caso só. Nós estamos falando aqui de dezenas de casos. É lógico que não estamos falando de dezenas dentro da PETROS, mas dentre os fundos de pensão investigados por esta CPI são dezenas de casos que têm o mesmo vício, que têm inclusive lá na origem essa questão da análise de risco.

Eu pergunto ao senhor: o problema não está no início?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eu não estava no momento. Era uma outra conjuntura, era um outro momento da economia. Olhando para esses processos, quem era a figura central? E aí, o senhor chamou a atenção, Deputado, para um ponto estratégico. A agência de *rating* era uma figura central nesse processo. O *rating* dado no início, ele apontava que o risco era... E, no geral, os riscos eram muito baixos. Estamos falando de duplo A, triplo A. Trendbank era triplo A.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Triplo A. Então, assim: você contratava uma agência, a agência fazia um trabalho, depois você via: “*Olha, não é bem assim*”. Do ponto de vista da PETROS, tomávamos decisões com base em uma análise de risco muito centrada em agências. Agora não, a gente toma decisão não mais só centrada em agência, porque as agências performaram mal, tanto é que as tiramos do nosso leque — só vamos trabalhar com internacional —, mas criamos uma estrutura de análise de risco interna. Eu acho que essa é a tarefa fundamental. Acho que isso



serve para o futuro: “*Bom, eu tenho uma análise robusta de risco. Eu faço gestão de risco. Eu capto recursos e aplico no longo prazo. Então, eu sou um gestor de risco. Eu tenho que ter uma estrutura de risco*”. Isso foi uma evolução. Os planos não aplicavam nesses recursos, eles passaram a aplicar nesses recursos no final dos anos 90, início dos anos 2000. Foram diversificando por uma necessidade. Por quê? Eu apresentei isso na apresentação anterior: as curvas inverteram. Antes, o CDI cobria a minha meta atuarial. A partir do momento em que o CDI passou a não cumprir a minha meta atuarial, eu comecei a assumir riscos, e uma das soluções foi essa. Para muitos, foi um aprendizado. Vários deram certo, alguns deram errado. Acho que a gente tem que aprender. Nós aprendemos com os erros. “*Bom, agora não, agora nós temos que ter uma estrutura robusta*”, mesmo eu tendo essa estrutura robusta, eu, enquanto PETROS — eu sou da PETROS —, tomei a decisão referendada pelo meu Conselho. Coube ao Conselho tomar essa decisão, mas por indicativo da Direção, de não fazer mais fundo de investimento em participações, nesse momento, por conta da história da curva J, se nós temos um déficit que vai ter que ser equacionado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Bom, a impressão que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Relator, por favor, me permita.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Por favor, permita-me, até porque o Relator fez uma pergunta muito pertinente, Sr. Jäger. Da mesma forma, como claramente o senhor se preparou para esta audiência, a nossa consultoria também teve a oportunidade de investigar durante todo esse tempo.

O Relator fez uma pergunta muito clara, e eu queria, já que o senhor está sob juramento, que a reafirmasse e, se for o caso, consultasse para ter certeza. A informação que nós temos é que tanto no caso do FIP Canabrava quanto no do FIP Multiner, eles não estão colocados ainda na conta do déficit. A cada ano, no balanço, eles são apresentados ainda como ativos, inclusive reajustados.

Por exemplo, a Canabrava hoje é apresentada como um ativo de 890 milhões. A PETROS, dentro daquela participação, o percentual colocado... O Multiner, hoje é mais de 1 bilhão. Ela apresenta também esse percentual.



O senhor confirma essa informação ou, porventura, a consultoria está desatualizada quanto a esses dados?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, não. Canabrava eu vou checar. Multiner, tem razão. Até estou com uma discussão com a minha auditoria externa, porque o valor que está no Multiner é o valor histórico, porque a gente não tem o *valuation*. Lembra que eu falei que a gente está pedindo o *valuation*?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Hã, hã.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Como eu não tenho o *valuation*, e ele é marcado a mercado, agora o senhor falando, de fato, ele é marcado a mercado, e eu não tenho o *valuation*, ele está com valor histórico, no caso do Multiner. Canabrava eu vou checar. Mas a prática, Deputado, é que, como vai gastando, vai dando prejuízo, eu vou abatendo esse prejuízo contabilmente até o momento em que ele passa a dar lucro. Podem ser aqui problemas de gestão. Esses fundos têm problema de gestão, e nós estamos atuando para mudar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A Canabrava mesmo — eu e o Relator estivemos lá —, fez a aquisição de uma segunda usina, quando ainda não conseguia ter a capacidade total da primeira esgotada. Ela têm a capacidade de 1 milhão de litros e só processa 300 mil...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Um milhão e meio de toneladas é a capacidade de moagem, e está moendo 300 mil toneladas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E fez a aquisição de uma segunda, Sr. Jäger.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Por que valor, Presidente, essa segunda aquisição?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor foi ao ponto crucial, Deputado Marcus Pestana. Ela foi comprada num leilão judicial. A oferta, a avaliação do leilão judicial, ou seja, para o primeiro lance, foi de 20 milhões de reais. A Canabrava comprou por 64.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E foi a única que propôs um valor de compra, de oferta.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Um leilão contra ela mesma?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, teve um lance de 20, e ela chegou com um lance de 64 milhões. Nesse *gap* de 44 milhões, nós estamos estudando o *follow the money*, o rastro do dinheiro.

O mais absurdo, já que a PETROS é cotista e está interessada. Eles compraram uma lata velha, porque ela estava desativada há muito tempo. Chamava-se Usina Santa Cruz. Eles colocaram um novo nome: Usina Só Brasil. Depois de adquirir por 64 milhões o que tinha sido avaliado em 20, eles foram, fora do FIP Bioenergia, captar recursos para reformá-la.

Então, fora os 64 milhões que foram comprados com o POSTALIS, dos amigos de amarelinho que estão ali, com o FIP chamado Multimercado, eles captaram 75 milhões de reais para reformar o que tinha sido adquirido por 64, e não fizeram nada. Nós visitamos lá. Não fizeram nada. Então, a matriz funciona. Agora, a segunda usina não funciona.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E o Relator descreveu que vocês sentiram um ambiente dos canaviais do período colonial lá, que esses 150 milhões que foram investidos lá parece que estavam num ambiente nada moderno.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É lógico que a gente precisa de uma análise técnica mais apurada, mas eu tenho um pouco de experiência. Inclusive, aqui no Congresso, eu sou Presidente da Frente Parlamentar Sucroenergética.

Aquela usina que eles compraram não existe, gente. É muito mais caro reformar aquilo. Você pode chamar qualquer especialista em usina de álcool e açúcar que ele vai dizer que é muito mais caro reformar aquilo do que comprar tudo novo, e é muito mais barato comprar tudo novo e implantar do que o valor que eles pagaram.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Deputado Sérgio, só para complementar o raciocínio, eu acho que é interessante registrar: esse processo todo dessa segunda usina, com esse valor da Canabrava, aconteceu em hasta pública exatamente porque a PREVIC, a Câmara de Recursos da Previdência Complementar, indica os próprios diretores da PETROS, os próprios diretores da FUNCEF. Aqui eu digo o nome de um, que é Conselheiro dessa Câmara de Recursos e que é Diretor da PETROS: o Sr. Fernando Paes de Carvalho. Quer dizer, é um círculo onde está montada toda a questão da previdência complementar



e onde não há fiscalização. Pergunte se houve alguma fiscalização da PREVIC com relação a esses negócios do Canabrava. É isso. Eu quero ajudar no raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos seguir com a oitiva para que não tenha tema paralelo, mas há, sim, a impressão de que tem raposa tomando conta do galinheiro.

A palavra retorna ao Deputado Enio Verri.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Presidente, desculpe-me, eu não quero mudar de assunto, mas não está muito alto este som ou é impressão minha?

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - É porque o Brasil precisa ouvi-lo, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu acho que é porque o tempo esquentou e todo mundo fez silêncio.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Deputado, eu defendo isso há muito mais tempo que você.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Henrique, a consideração feita pelo Presidente com relação ao Multiner e à Canabrava, se eles estão ou não provisionados no déficit, é muito importante para a gente. Por que é importante? Se provisionarmos todos os fundos que estão hoje com uma sinalização de prejuízo, quer dizer que o déficit é maior do que aquilo que foi apresentado.

O mais importante que a gente deve levar em consideração é: qual a medida que vão tomar os fundos de pensão, a PETROS, para estancar isso? *“Não vamos mais investir.”* Está bom. *“Vamos nomear os novos gestores.”* Mas vamos lá, como está a questão da Canabrava? Em que pé está a nomeação dos novos diretores da Canabrava? Pelo que nós percebemos, tanto o Sr. Ludovico quanto o Sr. Antônio Luís de Mello — e aí vou entrar na questão da BNY e vou fazer umas perguntas para V.Sa. —, eles estão muito confortáveis e passando a impressão de que está tudo muito bem.

Então, eu acho que essa situação precisa ser tomada a termo, porque senão o prejuízo, que hoje já é considerável, será muito maior, e quem paga a conta são os beneficiários, mas não são só os beneficiários. Quem paga a conta, Deputado Enio, é o Brasil inteiro. De quem é o Banco do Brasil? De quem são os Correios? De quem é a Caixa Econômica? De quem é a PETROBRAS? É do povo brasileiro. Uma



parcela é paga pelos beneficiários, é descontada de seus salários, mas a outra a patrocinadora aporta todo mês.

Os fundos de pensão não fechados — por exemplo, eu sou membro de um deles, que é o da advocacia — não têm aportes da OAB. Ela não põe recursos lá, e está dando lucro. Nós recebemos mensalmente. Como um fundo de pensão em que 50% do aporte é do patrocinador e 50% é do trabalhador dá prejuízo?

Então, é lógico que está em situações como esta. Nós vamos trabalhar muito nesta CPI esta questão também das agências de *rating*. A nossa consultoria está aqui. Sempre faço referência a ela, meu Presidente, porque a nossa consultoria é, de fato, uma das melhores, senão a melhor que já tivemos em CPI. A referência feita, Sr. Henrique, por V.Sa., de que aqui não vazou informação, não vaza mesmo. Não só a consultoria, mas os colegas que compõem esta CPI também têm a responsabilidade de chegarmos a um final e darmos um resultado de que a sociedade, os patrocinadores e beneficiários precisam.

Então, dentro desta questão, por exemplo, do Mellon. O senhor conhece a história da BNY, que foi contratada como gestora da PETROS. Depois a PETROS rompeu o contrato e teve que indenizar a BNY? O senhor conhece essa história ou não? Sabe me dizer qual foi o prejuízo?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Confesso que não conheço, é anterior a minha gestão. Depois que eu assumi, eu fui checar se a BNY Mellon estava em algum fundo. Acho que eles estão num fundo como administrador. Quando a gente assumiu, qual foi a decisão que nós tomamos? Vamos passar um pente fino nos FIPs: Multiner, como está na balança? Valor histórico, por quê? Porque nós não tínhamos o valor feito pelo gestor. E Canabrava a mesma coisa. Então, valores históricos. Qual é o problema que está colocado aí? Vamos mudar. Qual foi a estratégia? Vamos mudar o gestor. Vamos atuar para mudar o gestor, para ter a situação exata do plano. A gente não tem como fazer diferente. Eu não tenho informação. Tenho vários documentos. A gente pode passar para o senhor aqui. Aqui eu tenho um *e-mail*, que a gente mandou em meados de junho, onde a gente pontua 10 ou 20 pontos de governança em relação ao Canabrava, se não me falha a memória — não sei se é FIP Bionergia. Não é isso? —, que deveriam ter sido adotadas e não foram adotadas. Ao final do *e-mail*, a gente fala: “*Estamos*



indicando. A gente quer discutir com os demais cotistas a troca". Então, vamos fazer uma fotografia. Feita a fotografia, qual é a estratégia? E vamos tirar aqueles gestores e administradores que nós avaliamos que têm problemas. Tipo de problemas: bom, se eu estou processando um gestor ou um administrador num fundo, não tem sentido ele ficar no outro fundo meu como gestor e administrador. Então, nós estamos indicando as mudanças, estamos tentando indicar as mudanças. Quer dizer, é um processo. E nós não estamos sozinhos. Há outros fundos. Por conta disso, é uma negociação.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Dentro desses pontos...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Só retomando aqui... Desculpe-me, Deputado. A assessoria do senhor estava correta. Eu não tenho todos os números na cabeça, é impossível. Estamos falando de 60 bilhões. Tanto o Multiner quanto o Canabrava estão no balanço, mas nós não temos como fazer diferente, porque nós não temos uma atualização. Por isso, tem que mudar o gestor para ter essa atualização.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Para fazer essa avaliação. E uma atitude de como recuperar parte disso — não é? —, considerando o prejuízo...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Definido o novo gestor, definida a avaliação, nós vamos definir qual é a estratégia, se vamos para a justiça, se não vamos para a justiça, porque nós vamos ter a informação se teve desvio ou se não teve desvio, a menos que a informação chegue por outro meio, por uma outra investigação, como esta aqui que a Casa está fazendo e que pode antecipar.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Há ainda dois fundos sobre os quais eu gostaria de ouvir V.Sa. para encerrar aqui, Sr. Presidente, pois sei que acabou meu tempo. Trata-se da questão da Gradiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. tem tolerância para concluir, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como está a questão da Gradiente ainda hoje? Qual foi a atitude tomada pela PETROS e a Lupatech, porque também há uma sinalização de prejuízo considerável sofrido na questão da Lupatech. O senhor poderia nos trazer informações de como estão esses dois investimentos?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Gradiente: a PETROS saiu do fundo. Era um fundo de investimento. A PETROS saiu do fundo. Quando a PETROS entrou no



fundo, foi feito todo um estudo. Foi feito todo o estudo de risco. Por quê? Era uma companhia brasileira de tecnologia digital que estava sendo criada para suceder a Gradiente. Aí se contratou grandes escritórios de advocacia e se falou o seguinte: *“Se a gente entrar nesse fundo, tem risco de nós termos que pagar alguma conta da recuperação judicial da Gradiente?”* Aí os estudos apontaram o seguinte: tem riscos, mas têm como ser mitigados com instrumentos que vão ser assinalados no contrato. E o contrato foi feito para mitigar esses riscos. O problema é que, desde o primeiro momento, a gestão desse fundo não obedeceu às regras de governança que estavam estabelecidas, e o gestor começou a tomar decisões que os fundos começaram a questionar. A PETROS começou a questionar, até o momento que ele começou gerar novos passivos. Quando ele começou a gerar novos passivos, a avaliação foi a seguinte: se nós ficarmos, nós vamos não só perder o dinheiro que foi colocado lá como também nós vamos assumir novos passivos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem indicou esse escritório de advocacia? Como vocês chegaram a ele?

O SR. HENRIQUE JÄGER - São grandes escritórios. Se não me falha a memória, o Bocater foi um deles.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Porque foram a PETROS e a FUNCEF. Ambos chegaram no mesmo dia.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eu não estava naquele momento. O que eu sei é que um dos escritórios que foi contratado, que é uma referência em Direito Empresarial no Brasil, é o Bocater Costa e Silva. Foram dois. O que eu sei é que eles fizeram esse estudo e prepararam os instrumentos para mitigar o risco do passado. O problema é que vieram novos riscos, porque a governança não funcionou. Aí a decisão foi sair. Então, a decisão foi sair para não ampliar o prejuízo. Não funcionou. O fundo foi levado para a PETROS pelo Bradesco.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A contratação desse escritório foi porque a PETROS não tinha condições, na sua equipe jurídica, de fazer por conta?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Houve uma análise do jurídico, mas como envolvia a possibilidade desse risco do passado, a Diretoria da PETROS entendeu, para ter mais segurança, que deveria contratar um escritório de fora, para dar um parecer mais robusto.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, agora, para encerrar aquela questão da Lupatech... Mas, antes da Lupatech, o senhor poderia nos falar um pouquinho sobre a questão da Enseada, porque a PETROS fez uma alienação das cotas do FIP Enseada por 1 real.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Enseada é a Gradiente. É isso. Quando a situação começou a se deteriorar, foi feito um acordo para vender com...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Na verdade, vocês venderam a dívida, entregaram a dívida.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Primeiro, houve uma proposta do dono da CBTD, o controlador da Gradiente, de pagar 23 milhões. Foram debêntures. A gente entrou nesse fundo por... Compramos debêntures. Houve uma proposta de 23 milhões, mas com essa proposta a PETROS ainda continuava com risco de poder assumir passivos no futuro. O jurídico questionou. Aí ele apresentou uma outra proposta por 3 milhões. No final, ele falou que não aceitava nada. E, se a PETROS quisesse sair...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A PETROS investiu quanto lá?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Seis debêntures. Cada uma por 1 real. Saiu por 6 reais, para evitar assumir prejuízos no futuro.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas qual foi o valor investido pela PETROS?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Foram 17 milhões.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, perdeu?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Perdeu.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Cem por cento.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Ali perdeu, teve problema de governança, tivemos problema com o gestor. O gestor e administrador era o Bradesco. Algumas decisões estavam sendo tomadas à revelia dos fundos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Lupatech.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Lupatech. Eu já conversei com os senhores, na minha primeira intervenção aqui. Até eu lembro a expressão do Deputado...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Em que fase está a questão da recuperação judicial?



O SR. HENRIQUE JÄGER - Nós praticamente saímos da empresa, porque, com a ERJ, ela fez uma renegociação de dívida, e os credores passaram a ser acionistas, e nós não acompanhamos. Então, a nossa participação caiu. Hoje em dia, a gente tem meio por cento da empresa. A empresa está tentando se recuperar judicialmente. Agora, essa empresa é um *case* de mau negócio.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Na verdade, Sr. Henrique, nós estamos cheios de *case* de mau negócio aqui.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Mas vamos esquecer a participação da PETROS, porque a PETROS não foi a PETROS. Essa empresa comprou antes da crise. Vou reformular aqui. Ela comprou, antes da crise, se não me falha a memória, dez empresas, entre 2007 e 2008. Ela se tornou a maior fornecedora de serviços do setor petrolífero. Só que, quando veio a crise...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Agora, você acha que melhoraram as ações dela com essa alta do preço das ações?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não. Ela está tentando se recuperar judicialmente. Ela tinha um *backlog*, tinha encomendas de mais de 2 bilhões, mas, com a redução do preço do petróleo, essas companhias que ela comprou, que ela pagou 10, passaram a valer 2. Quando ela trouxe isso para o balanço dela, ela começou a ter um patrimônio líquido virado, começou a ter dificuldades e teve que reconhecer esse prejuízo. Por quê? Porque, com a queda do preço do petróleo... Eu tinha chamado atenção na minha intervenção. Essa indústria de serviço acompanha o preço do petróleo. Se o preço do petróleo cai, o preço dessas companhias cai. Aí a Lupatech tinha comprado por 10, antes da crise. Não tinha como prever a crise. Quando a PETROS investiu na Lupatech, a ação era 10, passou para 13, depois caiu vertiginosamente quando veio a crise. Poderíamos ter saído, mas estava crescendo muito. De repente, veio a crise e caiu.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Entendi. Sr. Henrique, compilando aqui o seu material, eu vou lhe fazer uma última pergunta, para encerrar a minha participação, reservando-me ao direito de ajudar os colegas em eventuais indagações a respeito de dados que nós temos.

O senhor disse que vocês tomaram uma decisão de vender ações da JBS e da BRF. Isso, conforme está aqui na sua apresentação, evitou uma perda de mais



de 500 milhões de reais, meio bilhão de reais. A notícia que o mercado nos traz agora, no final do ano, é que o único setor que teve PIB positivo foi o setor do agronegócio, que cresceu 2,8% e é o setor que gera emprego. Eu assisti num programa, famoso no Brasil, aos domingos de manhã, sobre rural, que mostrou que o investimento na cadeia do frango, na proteína animal da avicultura, é o que está dando a maior rentabilidade.

Eu vejo aqui duas empresas, sem entrar no mérito de cada uma delas, mas duas empresas que têm na sua base de negócio a proteína animal. A BRF, para quem não sabe, é dona da Sadia e da Perdigão, duas marcas nacionais conhecidas. A JBS todo mundo conhece. E hoje a base Sadia e Perdigão é avicultura.

O senhor não acha que nessa questão de curva não houve uma ação que pode, no futuro, gerar um prejuízo à empresa?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Pois é, Deputado, olha a questão que o senhor está levantando: se eu tivesse ficado, eram 500 ou 600 milhões a mais de déficit este ano.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Pois é.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eram 600 milhões de déficit a mais para ser equacionado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Porque teve um período considerável de queda de ações.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Por que a gente saiu da JBS? E não saímos em tudo, não. Porque a ação cresceu 50% em um ano. Uma ação cresce 50% em um ano. Eu tenho que realizar aquele lucro. O risco de ela cair é enorme.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não, está certo.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Então, se ela cresceu 50% em um ano, eu vou ficar? Posso ficar, mas é a Lupatech. A Lupatech cresceu 30%. Eu fiquei. Depois virou pó. Então, não vou dizer que a BRF vai virar pó, de maneira nenhuma, nem a JBS. São empresas completamente diferentes, com governanças completamente diferentes, mas o fato é que eu sou um gestor, estou tomando decisão, e o custo de oportunidade começou a ser alto, porque, quando a gente viu que a ação ia cair, nós vendemos antes de a ação cair — esse é o detalhe —, e ela caiu depois, e não foi porque nós vendemos, porque a nossa participação é pequena. Estou falando de



JBS. Nós nem estamos no conselho, não temos governança nenhuma na companhia, mas ela caiu depois que a gente vendeu, e eu apliquei em títulos públicos que estavam me pagando... A minha meta é IPCA mais 5,6%. Eu estou conseguindo título público IPCA mais 7%.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está certo.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Então, o risco é muito melhor. Agora, especificamente sobre a BRF, eu tinha um problema de desenquadramento. Pela legislação, pela 3.792, no máximo, eu posso aplicar 10% do patrimônio de um plano em um único ativo, e estava acima em alguns planos. Então, foi um ajuste, a gente fez um ajuste e saiu de BRF. Não saímos de BRF. Nós ainda somos o maior acionista individual da BRF com 10,4%,...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

O SR. HENRIQUE JÄGER - ...mas nós tivemos que fazer esse ajuste.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao Relator. Passo a palavra ao Sub-Relator, Deputado Marcus Pestana, mas só uma pergunta, porque você citou o caso da DASA, e inclusive foi questionado por alguns aqui. Agora, vi que o senhor não colocou a DASA ali no painel. O senhor apontou como uma operação exitosa, mas, na verdade, foi uma perda de oportunidade há um tempo. A DASA fez um chamamento público para vender ação a 15 reais. A PETROS não entrou neste momento. Depois viu que o negócio estava indo por água abaixo, fez o chamamento e vendeu a 10. Foi isso que aconteceu? O histórico é esse mesmo? Foi na sua gestão esse episódio?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, não. A primeira oferta pública de aquisição foi a que o Edson Bueno fez, em 2014. Eu entrei em março de 2015. Agora, Deputado, eu tive um embate muito grande com a empresa, com o Edson Bueno e com a empresa que ele controla, que estava comprando as ações da DASA. Por quê? O que ele fez como controlador da companhia? Os fundos de pensão só podem investir em companhias listadas em segmentos diferenciados no mercado de ações, e a DASA estava no novo mercado. O que ele fez? Querendo comprar a companhia, ele chamou uma assembleia, tirou a companhia do novo mercado e a



botou num segmento mais simples. com isso, ele botou uma faca no meu peito, falando o seguinte: *“O senhor tem que sair em 2 anos”*. Eu fui para a televisão, fui para jornal, chamei a BOVESPA. A BOVESPA falou que não podia fazer nada. Eu falei: *“Essa posição da BOVESPA é uma posição de monopolista, porque é a única empresa de bolsa do País. O que a BOVESPA tinha que fazer era discutir como os minoritários vão ficar nessa situação.”* Se o controlador chama uma assembleia e fala o seguinte: *“Agora eu não quero mais”*, e todo o mundo tem que aceitar — e, no caso dos fundos de pensão, a lei diz que só podemos investir até no máximo 25%, portanto, nós vamos ser sempre minoritários —, ele colocou uma faca no meu peito. Eu falei assim: *“Se é isso, o PETROS vai avaliar muito, de agora em diante, se vai entrar em participações.”* E foi fundamental a entrada dos fundos de pensão nas empresas, porque levou governança para as empresas. Eu falei que não entro mais em participação, porque vou ter sempre esse risco, e a bolsa foi omissa nesse processo. Fomos para a CVM, brigamos. Agora, quando perdemos as batalhas, não restava outra saída a não ser sair. Qual é a questão que está colocada? O setor de saúde, numa crise como essa que estamos vivendo, sofre muito. Então, a empresa DASA vai sofrer no próximo 1 ano ou 2 anos, que era o horizonte que nós tínhamos que vender. Então, falei: *“Se eu fico, daqui a 2 anos eu tenho que vender. Qual é a perspectiva do setor de saúde nos próximos 2 anos? Não é boa, por conta da crise e do aumento do desemprego. Não é boa. Então, a minha estratégia vai ser sair, vou ter que vender.”* Mas eu tinha uma faca no peito que me mandava vender, porque ele saiu do novo mercado e botou no segmento mais simples. Eu não queria sair, falei para ele que eu não queria sair, porque essa companhia é uma grande companhia, é uma companhia que controla os principais laboratórios do Brasil de imagem. Com o envelhecimento da população, não temos dúvida de que saúde é um bom negócio, mas não no curto prazo, no médio prazo. Então, fui obrigado a sair por conta da legislação e por conta da regulamentação, que no caso é a Bolsa de Valores de São Paulo, que permite que o controlador, sozinho, vote na assembleia para uma coisa que interessa a ele. Interessava a ele sair. O Conselho de Administração da DASA fez uma carta falando que era ruim para a DASA sair do novo mercado. Ele passou por cima disso e tirou a companhia do novo mercado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas, mesmo com todas essas circunstâncias, teve que vender a 10, mas poderia ter vendido 1 ano antes a 15. Não é isso?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Sim, é verdade, mas não tínhamos a possibilidade.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tem a palavra o Deputado Marcus Pestana, depois do Deputado Raul Jungsmann.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Quero me despedir. Eu não vou poder permanecer. Quero dar-lhe parabéns pelo trabalho, mas, de fato, eu não tenho condições de permanecer. Já são de 1 hora e meia a 2 horas de inquirição e de exposição que foram ricas, sem sombra de dúvida. Eu não tenho condições de ficar. O Sub-Relator também está apertado. Eu pediria apenas que as exposições que vierem a ser feitas... Evidentemente, elas são ricas e importantes, mas nos criam dificuldade, em função da agenda.

Parabéns pelo trabalho! Está chegando o nosso Líder, que poderá cumprir o nosso papel. Passo ao ilustre Sub-Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Estará muito bem representado.

O Deputado Marcus Pestana está com a palavra.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Deputado Rubens Bueno, as perguntas estão aqui com o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Boa tarde a todos, ao Sr. Presidente, ao Sr. Relator.

Dr. Henrique Jäger, o senhor assumiu em março de 2015 e esteve aqui na CPI 9 meses depois, ainda com...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Foram 3 meses depois.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Foi março?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Acho que vim em agosto.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Está certo, foi no dia 1º de setembro, para ser preciso, 4 meses depois. E não tinha ainda uma visão consolidada. Creio que o senhor demonstra conhecimento profundo, é uma



orientação estratégica, que me parece correta, a de buscar um perfil um pouco mais conservador, menos aventureiro, diminuindo os investimentos em renda variável e procurando um perfil mais adequado para um fundo de pensão. Há uma série de atitudes corretas no sentido de melhorar o ambiente de governança, mas o nosso tema aqui é o passado, e o senhor não estava lá.

É muito importante a contribuição do senhor, com a *expertise* que tem, com a clareza e acuidade que demonstra na análise, para tentar iluminar esta CPI quanto ao que ocorreu, porque objetivamente nós estamos diante de um déficit de 16 bilhões, que é produto de duas coisas. Primeira: é produto da crise econômica, fruto dos erros de política econômica e do desdobramento da realidade — isso é fato —, o que afeta ações da Vale, da PETROBRAS e de outras companhias, sobre as quais não há questionamento no que tange à qualidade do investimento, há flutuações conjunturais que são normais nos ciclos econômicos. E a segunda: existe outro prato da balança, que são investimentos com os fundos dos aposentados, dos pensionistas, dos trabalhadores da PETROBRAS, extremamente questionáveis, como o senhor mesmo identificou, naqueles que pontualmente analisou.

Para ser muito objetivo, eu queria fazer em bloco as minhas questões, porque eu só disponho de 10 minutos. É muito importante, porque o diabo mora no detalhe.

À luz da sua experiência acumulada, agora já mais consolidada à frente da PETROS, eu gostaria de uma análise pontual para questionamentos que o Relator já provocou aqui sobre Canabrava, Trendbank, Multiner, Lupatech e Gradiente. Eu queria dividir em dois blocos. No primeiro, estão aqueles que são visivelmente frágeis, do ponto de vista da consistência técnica, da análise de risco, do processo de governança, do processo de decisão. E aí eu gostaria que o senhor mergulhasse, ainda que telegraficamente, no que já está verificado nos casos — além desses que já foram mencionados e não é necessário detalhar mais —, sobre a questão da Sete Brasil. Eu acho que foi escandaloso o nível de exposição em que colocaram a PETROS, o que depois a Lava-Jato desvendou que era uma central de propinas, de corrupção, com uma participação que hoje, atualizando os investimentos, que deve chegar à casa de 1,8 bilhão. Esse parece ter sido o valor que a PETROS colocou na Sete Brasil. Parece ser esse o caso mais grave, no qual houve uma avaliação. Tanto houve que a PREVI teve um outro comportamento que contrasta, ou seja, é a



contraprova da aventura que foi feita na Sete Brasil. Então, eu queria um comentário sobre a Sete Brasil, sobre o BVA, que é o banco em que se aportou dinheiro, à véspera da intervenção do Banco Central, quando no mercado já havia uma grande desconfiança. Quanto à Indústria Metais do Vale, na região de Volta Redonda, Barra Mansa, o advogado do doleiro Alberto Youssef disse que houve propina de 500 mil ao Dr. Humberto Glault. O que vocês apuraram? Esse investimento também “micou”. Então, eu queria esses quatro nesse plano, porque a Canabrava já foi citada.

No outro plano, eu faria um bloco de três investimentos para nos situar: quanto à EBX, que tinha todo aquele charme do empresário que ia ser mais rico do mundo, se os ativos investidos foram recuperados; quanto à INVEPAR, que era uma aposta correta que gera um fluxo de caixa adequado para um fundo previdência na infraestrutura, mas vemos nos jornais que alguns problemas estão ocorrendo; e Belo Monte, que é um investimento estratégico, mas muito questionável do ponto de vista ambiental e do retorno econômico-financeiro do projeto.

Então, são três no bloco daquilo que não gera total desconfiança, ou seja, que, numa análise de risco saudável, seria plausível apontar esses investimentos. Particularmente, no caso da Sete Brasil, do BVA e do Galileo também, que são duas universidades falidas, isso já foi desvendado. Então são: Galileo, Sete Brasil, BVA e Indústrias Metais do Vale. Há mais coisas entre o céu e a terra do que aviões de carreiras nesses casos. As outras são negócios que pareciam sólidos, mas alguns problemas estão ocorrendo. Então, é importante saber.

Nesses casos, eu queria ter a sua avaliação sobre a qualidade da avaliação de risco. Quem assistiu ao filme *A Grande Aposta* viu lá que não são só as nossas avaliadoras de risco que têm problemas. Há uma cena antológica, em que o personagem, questionado sobre avaliação de risco, diz: *“Se você atravessar a rua, você vai obter avaliação lá; eu tenho que dar aqui, porque senão eu saio do mercado, porque os bancos estão me pedindo isso”*. O nosso complexo de vira-lata pode achar que só nossas agências de avaliação de risco têm problemas.

Então, qual foi o processo de decisão e principalmente que providências e atitudes diante de inquéritos, processos e auditorias estão sendo tomadas?

A segunda questão é sobre tráfico de influência. O senhor percebeu, na sua experiência — e respeitamos o fato de o senhor ter reconhecido de forma muito



transparente a sua filiação ao PT, que não é pecado nenhum ser filiado a nenhum partido, todos têm liberdade para isso; isso não influencia em nada a consistência técnica do que foi exposto aqui —, na análise, influência política de Vaccari, da Casa Civil?

Eu me daria satisfeito com essas duas questões. Eu mesmo vou ter de me retirar. A reunião aqui atrasou muito, mas gostaria de ouvir sobre essas duas questões.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Deputado, eu peço desculpas porque sou meio prolixo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Pediria que não o fosse, porque temos só 15 minutos.

O SR. HENRIQUE JÄGER - O Presidente fica me cutucando aqui. Sobre a Sete Brasil...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Telegraficamente.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Estamos tentando, olhando para o investimento, tentando viabilizar um investimento que foi feito no momento em que o barril do petróleo custava 140 dólares. Para alugar uma sonda, você ficava 6 meses no mercado. Depois que você alugava essa sonda, você tinha de fazer um processo de customização. Vocês já estava pagando 400 mil, 500 mil dólares por dia e tinha de fazer um processo de customização da sonda que implicava três, quatro, cinco meses da sonda no estaleiro, você já gastando aqueles 500 mil dólares. Diante disso, decidiu-se por uma saída. Como a PETROBRAS já estava com um grau de endividamento robusto, decidiu-se fazer uma sociedade de propósito específico, e vieram convidados ilustres. Foi uma briga para se entrar. Vendo os documentos, havia lá Bradesco, Santander, BTG. Muita gente grande avaliou que era um bom negócio. Naquele momento, era um bom negócio. Aí mudou a conjuntura, o preço do barril do petróleo caiu e uma série de dificuldades passou a existir, a companhia vem tendo dificuldades. Hoje em dia, tentamos... Eu tinha dito aqui na primeira intervenção...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas todo mundo entrou com 200, 300 milhões, não com 1 bilhão e meio. O grau de exposição é...



O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, não. O BTG sozinho entrou com 3,5 bilhões. É o maior acionista, com 37% da companhia. O Bradesco tem 10%. No caso da PREVI, não cabe aqui comentar sobre os meus pares, mas, especificamente, a PREVI entrou e depois diluiu a sua participação. Ela não fez porque foi chamada. Eram sete sondas. Daí o nome Sete Brasil. Depois viraram 28 sondas. Nessa segunda parte, a PREVI não pôde entrar porque estava superexposta, porque ela já tinha ação do setor. Ela tinha muitas ações da PETROBRAS, porque tinha participado do processo de capitalização. Então, por uma questão de governança interna, porque ela estava sobre-exposta, a PETROS tem muito menos ações da PETROBRAS do que a PREVI. Então, a PETROS não estava sobre-exposta. A PREVI não pôde entrar. A PETROS pôde. Nós estamos trabalhando para tentar viabilizar a companhia. Eu vou trabalhar até o último momento para tentar viabilizar a companhia. Uma parcela da minha jornada é dedicada a isso e vou continuar me dedicando. Eu acredito ainda no projeto. O preço do barril do petróleo vai se reverter. O pré-sal é uma realidade. Se vocês pegarem o perfil de produção da PETROBRAS, verão que ela saiu de 2 milhões de barris de petróleo, sendo 1 milhão... Dois milhões na Bacia de Campos. Hoje, a Bacia de Campos reduziu sua produção para 1 milhão, e a produção do pré-sal já é maior do que 1 milhão. Então, é um caso de sucesso. Com relação ao BVA, os senhores levantaram essa questão na minha primeira fala. Quando voltamos lá, o que fizemos? Abrimos uma comissão de inquérito dentro da PETROS, que está em andamento. Nós nunca colocamos dinheiro no BVA diretamente. Não tinha dinheiro da PETROS no caixa do BVA, mas o BVA originou várias operações, que levaram para a PETROS, e a PETROS participou. Então, a gente está pegando cada uma das operações e olhando como é que entrou, como é que foi o desempenho, como é que está a situação agora. Há um processo, uma comissão. Não tenho muito a falar para o senhor, só afirmar que nós não tínhamos dinheiro no caixa do BVA.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Já é um bom produto da CPI a formação dessa comissão.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Por isso que eu falei ao Deputado que é um processo de retroalimentação. IMV. A IMV foi o segundo investimento em crédito privado da PETROS. O primeiro foi no Hospital da Bahia, no ano de 2001, que



também (*ininteligível*). A IMV foi um investimento que entrou na PETROS em 2004. Há essa suspeita. O que nós fizemos? Nós abrimos uma comissão de inquérito. Qual foi o resultado dessa comissão de inquérito? Todas as pessoas envolvidas no processo foram ouvidas, as que estão na PETROS e as que eram do comitê de investimento. Todas elas falaram que entendiam que, naquele momento, com as informações que tinham, era um bom investimento, que não pareceu... A primeira pergunta era a seguinte: *“Vocês tiveram acesso aos documentos?” “Tivemos”. “Vocês analisaram?” “Analisamos.” “Qual foi a avaliação?” “Não, a gente avaliou que era um bom investimento”. “Houve pressão de alguém para fazer esse investimento?” “Não, não houve pressão”*. Então, internamente, na PETROS, que é o nosso limite de atuação, a IMV... A gente chegou à conclusão de que foi um investimento que deu errado, mas, internamente, os atores envolvidos, funcionários históricos da casa que estavam lá há 15 anos, 20 anos, e que participaram do processo, falaram que tiveram liberdade para analisar. Agora, se externamente à PETROS, houve, como está sendo dito, nós não temos condições de apurar.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Galileo.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Galileo é uma debênture que a PETROS comprou, 24 milhões. A gente recuperou 13 milhões. A universidade estava com problemas. Foi-se constituída uma sociedade de proposta específica que captou recurso. Esse recurso não foi para a universidade. Esse recurso foi para pagar fornecedores e funcionários, que estavam com salários atrasados. A universidade funcionou por 2 anos. Qual é o problema? Criou-se uma trava. Toda a receita que a universidade tinha com o principal curso dela, que era o de Medicina, ia para pagar debênture, e isso asfixiou a universidade. Então, para pagar a conta dos recursos que ela tinha pegado, asfixiou a universidade. Foi uma operação com *rating* externo também, se não me falha a memória, duplo A ou A, o que gerou muita polêmica. A gente sabe que gerou polêmica. Essa comissão que foi criada, que eu citei, do BVA, está analisando BVA, Galileo e Itaú. A gente ainda está em processo de análise interna. Bom, continuando, EBX. Nós não tivemos ação, só de giro, e ganhamos dinheiro com a EBX. Não tivemos participação societária. A gente comprava e vendia, comprava e vendia e ganhou muito dinheiro com a EBX. Compramos em baixa e vendemos em alta. Então, não tivemos problema com a EBX, mesmo porque



havia um preconceito de origem, porque, como a PETROS é majoritariamente formada por oriundos da PETROBRAS, eles olhavam para aquela empresa... INVEPAR. INVEPAR é uma grande empresa. No Rio de Janeiro, é responsável por boa parte da mobilidade urbana. O Metrô Barra é ela que vai administrar, dentre várias. A Transoeste, a Transolímpica, a INVEPAR está no meio. Está também no Rio de Janeiro, no VLT, que vai cortar o centro. Então, é uma empresa fundamental para o Estado do Rio de Janeiro. Ela tem a concessão do Aeroporto de Guarulhos, que é o principal aeroporto do Brasil. Para vocês terem uma ideia, foi dito que a INVEPAR pagou caro pelo Aeroporto de Guarulhos. Na concessão, pagou 18 bilhões. Dois anos depois, na compra do Galeão, a concessionária que ganhou pagou 23 bilhões. Então, foi barato. Se você for pegar o perfil de Guarulhos, 65% do tráfego de passageiros internacionais estão em Guarulhos. E quando se fala em aeroporto, está-se falando em tarifa não portuária, que são as tarifas que vêm do *free shop*. E, isso, o grosso está em Guarulhos. Então, é uma excelente aquisição. Nós temos a BR-040, que está em fase de duplicação...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A INVEPAR deu resultado positivo em 2015?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, porque ela está na fase de investimento. Ela está na fase de investimento ainda. Ela começa a distribuir dividendos a partir de 2018. Agora, a empresa sofreu — não vou esconder dos senhores — com o processo de RJ da OAS. Isso dificultou a empresa em ter acesso ao mercado de capitais, mas é uma empresa sadia. Os aposentados da PETROS têm uma preocupação, e eu conversei com a principal associação dos aposentados, a AMBEP, e falei o seguinte: *“Pegue os dez aposentados que mais criticam esse investimento que eu vou levá-los à INVEPAR para eles conhecerem a empresa, que é uma excelente empresa”*. Tem problemas? Tem. Nós estamos atuando para resolver os problemas. Estamos vendendo um ativo no Chile, que nós temos, que é uma Linha Amarela chilena fantástica, e só esse ativo é mais caro que o valor que a Brookfield ofereceu pelos 25% da INVEPAR. Um ativo que, se a gente vender pelo que está avaliado, vai dar mais para a INVEPAR, para cada um dos sócios, em tese, para os quatro sócios que estão lá, do que o que a Brookfield está oferecendo pelos 25%. Então, é um excelente ativo. Peru. Em Lima não chove há 20 anos — e a



gente reclama de chuva. Belo Monte. Belo Monte tem um desafio. A obra vai entrar em funcionamento agora no mês de março. É uma obra fantástica. Eu tive a oportunidade de acompanhar a obra muito de perto, desde o seu começo. Questões ambientais. Quem conhece aquela região sabe que é uma região de madeira. O grande problema de Belo Monte era o que fazer com a madeira que ela tirava. Por quê? Porque era madeira podre, madeira de segunda linha; já não tinha madeira original, não tinha floresta, não tinha nada. A área alagada de Belo Monte... Para vocês terem uma ideia, a área de Tucuruí, para produzir 8 megawatts...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para concluir, objetivamente.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Para concluir, a área alagada de Tucuruí foi de 11 mil metros quadrados. A área alagada de Belo Monte é de 500 metros quadrados. Então, do ponto de vista de impacto ambiental, é muito menor, uma usina de fio d'água. Nós temos uma grande expectativa em relação a lucro, e estamos avaliando inclusive a possibilidade de vender esse ativo. A partir do momento em que ele começar a funcionar, vamos vender o ativo. Isso está no radar, estamos discutindo várias possibilidades. Já fomos procurados por alguns investidores. Estamos atentos e acompanhando o desenvolvimento do projeto. Com relação, Deputado, a tráfico de influência, sou filiado ao PT, nunca tive nenhuma vida partidária nem política, mas, nesse 1 ano em que estou lá, eu nunca fui procurado por ninguém de nenhum partido para fazer nenhum negócio. Posso falar do período em que estava lá. Não fui procurado por ninguém. As decisões que eu tomei foram com base em estudos técnicos que me deram possibilidade...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E na análise do passado também não há indício de interferência externa?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Na análise do passado, eu não tenho os elementos. De fato, eu não tenho os elementos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Também, Deputado Marcus, depois que ele chegou lá, o Vaccari, que foi acusado de ser o maior operador dos esquemas, já estava preso, inclusive no caso da própria PETROS, no caso da Indústria Metal do Vale.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Nenhuma dessas operações citadas está lançada como perda?



O SR. HENRIQUE JÄGER - IMV está lançada como perda. Lupatech, a gente teve que realizar, porque tem uma parcela pequena da companhia que vale pouco. Canabrava e Multiner, por terem problemas com gestores, eu lanço a valor histórico, porque eles não fizeram valor eixo. Eu não tenho atualização. Contabilmente, eu não tenho como fazer diferente, porque eu não tenho outro valor. Eu não posso inventar um valor. Eu só posso depois que tiver. Por isso que estou brigando para mudar o gestor, para ter esse valor.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Rocha, mas o Sr. Henrique Jäger pede 2 minutos para ir ao toailete.

Só temos inscritos na sequência o Deputado Enio Verri e o Deputado Marcus Vicente, para encerrar esta oitiva.

Deputado Enio Verri, V.Exa. vai fazer uso da palavra para questionar?
(*Pausa.*)

Deputado Marcus, V.Exa. vai questionar? (*Pausa.*)

Está bem. Segundo os interlocutores, serão breves questionamentos.

O Sr. Adir Assad já se encontra na Casa, aguardando o fim desta exposição, para iniciar a sua.

(*Pausa prolongada.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Retomando os trabalhos, com a palavra o Deputado Rocha.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, eu vou ser breve. Tenho só duas perguntas para o depoente. A primeira diz respeito a uma investigação promovida pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal que envolve o Grupo Galileo. Eu queria saber do depoente se ele tem conhecimento dessa investigação, se ele tem alguma informação sobre essa investigação, que aponta uma série de irregularidades, inclusive com a participação de agentes políticos nessa operação. Eu queria saber do depoente se ele tem algum conhecimento, se ele sabe em que pé se encontra.

E outra situação, só para registro e para obter a colaboração do depoente, é que nós obtivemos a informação de que, na aquisição do Aeroporto de Guarulhos, houve o pagamento de um ágio de 350%. Indago se isso é verdade.



Eram essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Em relação à investigação da Galileo, Deputado, eu tenho... Vi matérias no jornal a respeito de desvio de recursos, que um funcionário teria dito... Agora, oficialmente, não chegou nada para a PETROS. Não tive acesso a nenhuma informação, nem do Ministério Público nem da Polícia Federal. O que eu vi foi uma matéria no jornal, em que um funcionário dizia que o dinheiro nunca tinha entrado. Com relação a isso, eu posso até esclarecer. De fato, o dinheiro nunca entrou para a universidade, porque ele foi usado para pagar fornecedores e funcionários que estavam com o salário atrasado. Não tenho a mínima competência para afirmar se houve desvio ou se não houve desvio, mas, com relação ao Ministério Público e à Polícia Federal, não chegou nada pra gente.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Para complementar, nessa mesma linha: as investigações, as auditorias, o que foi feito por V.Sa. para apurar essas irregularidades ou supostas irregularidades, não só nessa, mas em outras, não apontou nada de errado nessa operação do Grupo Galileo?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, isso está em processo. Assim que eu saí daqui da CPI, daquela outra vez, a gente fez uma reunião de diretoria. Cerca de 15 dias depois, a gente abriu. E ela começou pelo BVA, em que os senhores bateram muito aqui. IMV e Trendbank, nós já tínhamos feito. Eu até discuti com os senhores. Os senhores bateram muito em BVA, Galileo e Itaúsa. Então, nós abrimos uma comissão, que está em andamento. Começou pelo BVA. Era para ter acabado mês passado, mas eles pediram prorrogação. São funcionários de carreira, funcionários da casa com experiência, que conhecem de investimento, que conhecem de operação.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Então, até agora não tem nenhum resultado concreto?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Internamente à PETROS, não. Para IMV e Trendbank, a gente fez. Eu já até expus aqui. Mas, para esses três, ainda está em andamento. Eu me comprometo a passar para os senhores assim que terminar.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E com relação ao ágio?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Com relação ao ágio, é isto: era a joia da coroa. Nós estávamos falando da joia da coroa, o principal aeroporto do País, tanto é assim



que eu citei o dado do Galeão, que foi um ágio maior. Foi o mais caro aeroporto, e a governança ainda mais frágil. Nós estamos falando do principal aeroporto do País, tanto do ponto de vista de carga quanto do ponto de vista de número de passageiros, e principalmente de voos internacionais, que é o que dá receita não tarifária. Então, a nossa avaliação é que foi um bom negócio, que vai dar muitos resultados no futuro, que tem exigido investimentos agora, por conta da outorga. Está sofrendo com a crise. Diminuiu o número de passageiros. As pessoas estão comprando menos. Mas vai passar por esse momento e ainda vai dar muito resultado positivo para os petroleiros que investiram seus recursos na PETROS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu tenho algumas perguntas sobre INVEPAR, mas falarei depois da participação dos Deputados.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Presidente, fique à vontade. Caso V.Exa. queira fazê-las agora, fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, permita-me, já que estamos no tema da INVEPAR.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Lógico!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vai ser sobre INVEPAR a sua participação?

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Não, será sobre gestão e governança. Pode ficar à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sobre a INVEPAR, precisamente, é importante, porque V.Sa. é o Presidente do conselho, confirma?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, do consórcio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Do consórcio, não é? Vai ser.

O SR. HENRIQUE JÄGER - O atual presidente é o Presidente da PREVI, porque na presidência faz-se um rodízio entre os quatro sócios. Como a OAS estava em RJ, os três outros sócios — FUNCEF, PETROS e PREVI — avaliaram que deveriam conversar com a OAS. Falaram assim: *“Nessa situação em que vocês estão, não tem sentido vocês terem a presidência.”* Então, a OAS abriu mão, a PREVI assumiu. Vai até o final do mês agora. E a PETROS assume. Eu não sei se eu continuo no conselho ou não, mas a PETROS assume a Presidência da INVEPAR.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A PETROS assume a...

O SR. HENRIQUE JÄGER - O indicado pela PETROS vai assumir a Presidência da INVEPAR.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo.

Uma das coisas que se questiona mais — e o Deputado Rocha foi ao ponto — é quanto a essa questão do ágio. Na verdade, no edital se dizia que se teria uma expectativa de receita de 17 bilhões nesse período. Nós tivemos um segundo lance, que foi de 11 bilhões, o lance atrás do da INVEPAR. E a INVEPAR deu um lance de 16,5 bilhões, salvo engano, se são esses os dados — quer dizer, uma diferença muito grande.

E você falou aí, não desenvolveu, sobre a asfixia que o pagamento da outorga fixa está causando à INVEPAR. É quase 1 bilhão de reais — 800 milhões, 900 milhões, 1 bilhão. Parece que, no ano que vem, passa de 1 bilhão. E isso tem deteriorado os resultados da INVEPAR. Você sabe me dizer se a INVEPAR está pagando essa outorga com dinheiro de caixa ou está precisando fazer empréstimo fora, para fazer essa quitação?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Bom, o aeroporto gera receita. Ele não está performando como a gente tinha expectativa, mas gera receita. Foi feito muito investimento em receita não tarifária, como estacionamento, investimento em *free shop*. Toda a área foi reformulada. Quem frequenta Guarulhos sabe que é outro aeroporto. Então, tem uma receita. Impacta a INVEPAR? Impacta a INVEPAR, tem impactado a INVEPAR, mas a gente não tem buscado recursos no mercado para financiar a outorga. Ela tem sido... O empreendimento está se pagando. Quando muito, precisa de um pequeno aporte. Agora, essa outorga, ela não é toda da INVEPAR. A INVEPAR tem 51% do consórcio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Do consórcio?

O SR. HENRIQUE JÄGER - A ACSA, que é sócia, tinha 10%. Mas, desde o início, ela tinha o direito de comprar mais 10%. Ela aumentou para 20%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vinte por cento dos 51%?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Isso, 20% dos 51%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Os outros 49% são da INFRAERO.



O SR. HENRIQUE JÄGER - São da INFRAERO. Então, a INFRAERO entra com uma parte e a INVEPAR entra com outra parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas a INFRAERO tem a opção de não participar com esse pagamento?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Isso está em discussão. Se ela não participar, ela dilui a participação dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tem participado?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Tem participado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nos últimos anos, a INFRAERO aportou?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Isso. E, ao que tudo indica, ela está apontando continuar participando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, nos últimos anos, 2013, 2014, 2015...

O SR. HENRIQUE JÄGER - A informação que eu tenho é que ela entrou, participou, e que ela tende a realizar também este ano, senão ela teria diluída a participação dela, certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deveria ter diluído. Esse é exatamente o questionamento que se faz. Então, já que sua assessoria está atenta, assistindo ao seu depoimento...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, vamos confirmar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Se estiver confirmado, tudo bem. Se porventura ela tiver outra informação... Porque a informação que se tem é que a INFRAERO não tem participado e tem jogado todo o peso nas costas da...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Do consórcio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - ...da companhia. Porque o consórcio é uma coisa, e a companhia, que é a INVEPAR, é outra. Mas são dúvidas que eu esperava que você, se estivesse na presidência, me trouxesse.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Mas eu não estou na presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas como a PETROS é cotista, essa informação ela também deve ter.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, depois nos esclareça.

Outra pergunta: foi integralizado pela PETROS o investimento? Foi 1,5 bilhão ou 1,8 bilhão, é isso?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Em quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Na formação do capital da INVEPAR.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eu teria que checar quanto é que foi o investimento. É de 2011, Deputado. Eu não tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Acho que é 1,3 bilhão. E hoje ele está avaliado em 2,8 bilhões.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Na última, 2,8...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A OAS está querendo vender uma parte que é quase idêntica por 1,3 bilhão e está tendo dificuldade, não é isso?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Na verdade, a OAS não quer vender por 1,3. Ela queria vender por muito mais. Mas, como ela está em processo de RJ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - De recuperação judicial.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Acabei de dar o exemplo aqui. O ativo que nós temos lá no Peru foi avaliado entre 1,3 bilhão e 1,8 bilhão de dólares. Se nós multiplicarmos por quatro, nós estaremos falando de 4 bilhões, de quase 5 bilhões. Só esse ativo, se a gente dividir entre os quatro sócios, é maior — o único ativo da companhia — do que o valor que a Brookfield chegou a oferecer. Então, é uma situação muito delicada da companhia, em que os possíveis compradores estão tentando se aproveitar. Esse foi um dos problemas com a Brookfield, porque ela falou assim: *“Não, eu vou, mas eu também quero que os fundos me vendam por 1,3.”* Isso não é sério. Vale muito mais do que isso. O único ativo vale mais. A gente não aceitou a proposta da Brookfield por conta disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. A OAS, no tempo da formação da INVEPAR, entrou com recurso ou integralizou ativos?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Confesso que eu não tenho informação sobre isso. Essa empresa, a origem dela é a Linha Amarela, era PREVI e OAS. A PETROS entra depois.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A ideia que nós temos é que os fundos entraram com dinheiro e a OAS entrou só com o patrimônio. Os aposentados estão pagando a conta.

E a última pergunta, para eu passar para o Deputado Enio Verri, é que, de consultoria e assessoria, nós temos aqui dados que mostram, em 2014, 92 milhões de reais; em 2013, 77 milhões de reais; e, em 2015, seriam mais, em consultorias e assessorias, 50 milhões de reais. Ou seja, 200 milhões de reais em consultoria e assessoria. A governança necessita realmente desse investimento tão alto?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Bom, na minha apresentação, eu chamei a atenção de que a gente fez um (*ininteligível*). Está no número.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está em números.

O SR. HENRIQUE JÄGER - A gente está fazendo, mas boa parte disso, Deputado, está atrelado à assessoria atuarial, aos planos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, aqui é consultoria da INVEPAR, não é da PETROS.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Ah, da INVEPAR. Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Por que eu faço a pergunta?

Para ser muito objetivo, essa consultoria/assessoria de 200 milhões de reais da INVEPAR...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não é da INVEPAR, é do sistema. São 13 empreendimentos. A INVEPAR é uma *holding*, então pega todas as consultorias para todas as empresas do sistema. E nós estamos fazendo um estudo para reduzir isso. Já pedimos para a diretoria da INVEPAR um esforço para reduzir as assessorias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Como as consultorias/assessorias têm sido um duto muito forte de propina ultimamente, de se encobrir esse valor da propina, e através de notas frias de serviços não prestados acabarem gerando esse caixa, chama-me muito a atenção esse valor de 200 milhões de reais, em 2 anos, em consultorias e assessorias. Tenho certeza de que os nossos consultores aqui da CPI começam a achar melhor trabalhar na iniciativa privada do que prestar serviços a esta CPI. (*Palmas.*)

Com a palavra o Deputado Enio Verri.



O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Henrique, Sr. Presidente, Deputado Sergio Souza, essa observação sobre a assessoria não era a minha pauta, mas V.Exa. lembrou muito bem, o Paraná é um grande exemplo disso. Lá há o pedágio, a concessão do pedágio, e aí não é nota fria, Sr. Presidente, é superavaliação do serviço prestado, porque se faz com que a concessionária dê pouco lucro, mas a terceirizada dá muito lucro.

Então, é um desvio legal, vamos chamar assim. No Paraná, as empresas de pedágio têm uma receita fenomenal, gigantesca e ganham em cima disso. Aliás, olhem aqui a denúncia sobre o pedágio no Paraná do Governador Beto Richa, do PSDB.

Sr. Henrique, eu confesso a você que, até pela maturidade da CPI, as perguntas que foram feitas quase eliminam a possibilidade de novas perguntas. Sinceramente quatro, cinco perguntas aqui foram... Acho que é tanto tempo juntos, não é? Mas, quanto às medidas que foram apresentadas para mudanças, eu quero ressaltar o trabalho da CPI, e fica um elogio público, porque nós percebemos, no decorrer da CPI, o problema do voto de minerva — nós achamos que esse foi um grande problema —, e houve um avanço muito grande. Parabenizo a iniciativa. O fim do voto minerva é um avanço para quem está preocupado com o futuro dos fundos de pensão.

A questão das agências de *rating*. Aqui eu queria parar um pouco. Eu sei que agência de *rating* é uma empresa que vai para o mercado e você compra ou não. Mas, vejam, a CPI nos mostrou — e o Deputado Sergio Souza, com certeza, vai tocar neste assunto no seu relatório —, as agências de *rating* não podem errar tanto assim. Eu tenho a impressão, posso estar enganado, não sou da área, estou há muito tempo fora do mercado, de que agências de *rating* do Brasil não acertaram uma. Isso é muito sério. Aí, é claro, o fundo de pensão fez a escolha...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Deputado, só um aparte: acertaram em muito as agências de *rating*, mas em alguns fundos de pensão, aqueles que eram públicos, parece que erraram em quase tudo. Não é? Mas, se pegarem outros fundos, estão bombando.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Esse tipo de coisa nos leva a perguntar se nós também não deveríamos, Sr. Presidente, repensar a CPI, lembrar também das



agências de *rating* no Brasil, sobre as coincidências de elas errarem com determinados fundos de pensão e acertarem com outros, porque no mercado não existe coincidência, na economia não existe coincidência. Então, é um fato com o qual nós deveríamos nos preocupar muito, e ressaltar isso aqui.

Por fim, outra coisa que eu gostaria de ressaltar, reconhecendo essas mudanças, Sr. Henrique, e vendo-as como um avanço muito positivo, é a preocupação quando uma determinada empresa prejudica um determinado fundo de pensão e outro fundo de pensão a utiliza. Claro que é uma decisão de mercado — inclusive essas mudanças devem proibir isso —, mas nós temos uma empresa famosa chamada BNY Mellon. O BNY Mellon não pode ser esquecido ao terminarmos esta CPI — vamos terminar, se tudo correr bem, daqui a 45 dias. V.Sa. comentou alguma coisa, quando de sua outra visita a esta CPI, sobre se o BNY Mellon existia enquanto gestor em algum fundo de pensão. Mesmo como não gestor, ele está presente em algum momento nos fundos da PETROS? O BNY Mellon existe lá em algum tipo de operação? E, caso exista, o péssimo exemplo que ele deu em relação ao POSTALIS já não é uma mensagem suficiente para que a PETROS afaste-se o mais rapidamente possível de uma empresa como essa, que tem uma história linda no resto do mundo e no Brasil uma história de prejuízos aos trabalhadores dos Correios? Como V.Sa. vê isso?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Obrigado, Deputado, pelas perguntas. Com relação ao voto de minerva, quero chamar a atenção que isso está em processo, é uma proposta da diretoria que vai ter que ser referendada pelo conselho deliberativo e depois pelas patrocinadoras e instituidoras. E, em função do limitador da lei, é na diretoria, no âmbito do conselho, que a lei define que tem que ter o voto. No conselho fiscal, o voto de minerva cabe aos participantes; no conselho deliberativo, cabe à patrocinadora. Mas também alguns fundos adotam o voto de minerva na diretoria. A gente não vai adotar mais.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - É que esta Casa é que faz as leis. Então, é nosso interesse, como resultado da CPI, que esse tipo de lei seja feita como proposta da CPI.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Quanto às agências de *rating*, eu não tenho os elementos que o Relator tem para dizer que elas acertaram em algum lugar e



erraram em outros. Os fundos são muito específicos. Esses fundos que estão sob investigação são grandes fundos, com grandes patrimônios, com planos complexos de benefícios definidos. A maior parte, 90% dos fundos de pensão são fundos com planos muito mais simples, de contribuição variável, e cuja remuneração não guarda relação nenhuma com o salário do trabalhador. A remuneração que ele vai ter no fundo guarda relação com o que ele contribuiu ao longo do tempo. Geralmente, esses fundos aplicam recursos em títulos públicos. Eles não correm riscos. Evitam correr. É diferente de um plano da PETROS, que tem benefício definido e que, em tese, a remuneração não tem a ver com a contribuição. Ele contribui, mas vai ser remunerado em função do salário que ele recebia ao final, e aí pode gerar desequilíbrio. Daí a exposição maior, daí o papel da agência de *rating*, porque há uma exposição maior. E, de fato, se formos pegar, nos agregados, agências de *rating* que atuaram ali, que eram contratadas, que eram disponíveis, elas erravam em 40%, em alguns casos em 50%. Isso é muito alto. Tem que ser aprimorado esse sistema. Nós tomamos a decisão de, além de aprimorar esse sistema, trazer internamente para a PETROS uma estrutura de risco. Com relação ao BNY Mellon, até onde eu sei, e eu posso estar enganado, nós ainda temos um fundo em que nós aplicamos recursos e que eles são os administradores. A nossa indicativa é de substituição, mas nós não tomamos essa decisão sozinhos. Já estiveram na PETROS no passado, mas não estão mais. Acho que eles são administradores de um fundo — tenho que confirmar —, mas o indicativo é de troca. Eu confesso que não estou fazendo aqui a defesa do BNY Mellon. Eu não sei se o BNY Mellon de hoje é o mesmo de ontem, pode ser que tenha mudado, o que não o exime de suas responsabilidades e erros que foram cometidos no caso do POSTALIS. Os senhores estão aprofundando esse debate. Lá na PETROS, o indicativo nosso é claro: tirar, assim como tirar aqueles que nós estamos processando se estão em outros fundos e aqueles que não estão performando também. Acho que respondi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Marcus Vicente com a palavra, último inscrito.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Henrique, eu gostaria de fazer algumas constatações e de começar concordando



até, em parte, com o Deputado Enio Verri em relação a que muitas perguntas já foram respondidas ao longo desse tempo.

Porém, outras tantas constatações foram feitas ao longo desses meses. E eu quero registrar rapidamente, Presidente, algumas certezas que nós temos hoje. Por exemplo, a CRPC, que é a Câmara de Recursos da Previdência Complementar, e o CNPC, que é o Conselho Nacional de Previdência Complementar, são os órgãos, em duas instâncias, que regulam a questão previdenciária e apreciam os recursos. Eles são permanentemente rodiziados por conselheiros que ora pertenceram à PREVIC, ora são diretores da PETROS, ora são diretores da FUNCEF, o que, na verdade, acaba sendo um círculo vicioso. E eu vou dizer os nomes.

Na Câmara de Recursos há três conselheiros que estão, na verdade, no exercício da PREVIC e estão também na Câmara de Recursos: Carlos Dias Alves, Fábio Lucas de Albuquerque Lima e Amable Alejandro Traviesa Zaragoza Neto. E na CRPC também está a Sra. Gema de Jesus Ribeiro Martins — nós já ouvimos este nome aqui —, que é empregada da PETROS e esposa do ex-Presidente da PREVI, o Sr. Sérgio Rosa.

Então, na mesma pessoa temos a presença da PETROS e a presença da Câmara de Recursos da Previdência Complementar. Temos a presença da senhora da PETROS e a do ex-Presidente Sérgio Rosa, que, através dela, está presente, porque ele foi Presidente da PREVI.

O atual conselheiro dessa Câmara, o Sr. José Ricardo Sasseron, é ex-PREVI e também ex-CRPC. Está certo? Tanto a Sra. Gema como o Sr. José Ricardo são hoje conselheiros do Conselho Nacional. Eles eram do Conselho Nacional e hoje são da Câmara.

Então, na verdade, tudo isso, Presidente, nos leva a essa triste constatação. Eu pediria a atenção da assessoria do Relator, o Deputado Sergio Souza. Eu alertei dessa construção que eu ia fazer.

E se nós formos lembrar aqui, coincidência ou não, Dr. Henrique — e não é coincidência —, todos que aqui vieram, tanto da Câmara quanto da FUNCEF, da PETROS, da PREVIC e da PREVI são filiados ao PT. Nada contra o PT. Apenas constatar que, coincidência ou não, são filiados ao PT. E o Sr. Carlos, se eu não me engano, que é Presidente da PREVIC, esteve aqui. E, além de dizer que é filiado ao



PT, ele disse também que é amigo pessoal do ex-Ministro Carlos Eduardo Gabas. São coincidências muito coincidentes. São muitas coincidências.

E eu quero completar dizendo que no investimento do Galileo, do qual o POSTALIS participou e a PETROS também participou, o interessante é que foi feita dura fiscalização da PREVIC no POSTALIS. Absolutamente correto. Tinha que haver, inclusive, intervenção. E, na PETROS — e faço a pergunta para o Dr. Henrique —, foi feita a fiscalização, na época da aplicação do Galileo? Foi feita a fiscalização da PREVIC? E o investimento foi na mesma época? E, só para lembrar, já que eu falei em POSTALIS, Presidente, que o atual Presidente, o Sr. Antonio Carlos Conquista, admitiu aqui nesta CPI que se aconselhava com o Tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, preso na Operação Lava-Jato. A PETROS esteve ou estava ou está no Galileo junto com o POSTALIS. O POSTALIS foi corretamente fiscalizado e duramente fiscalizado pela PREVIC. E a PETROS não foi?

Então, o mesmo Presidente da PREVIC de hoje admitiu aqui que ele se aconselhava com o Sr. João Vaccari Neto, que está preso até hoje. A prisão dele não é provisória, é preventiva.

Essas são, portanto, as constatações que eu faço só para dizer da preocupação dos funcionários da PETROS com os prejuízos, da preocupação dos funcionários da FUNCEF com os prejuízos, da preocupação dos funcionários da PREVI e, evidentemente, da grande preocupação dos funcionários do POSTALIS.

Esta CPI, evidentemente com a sabedoria com que o nosso Relator e o nosso Sub-Relator vão conduzir o relatório para a nossa apreciação, deve levar em conta tudo isso e também essa consideração de a ficha partidária ser quase que um pressuposto para que todos os dirigentes desses grandes fundos públicos sejam não só filiados mas também membros do Conselho Nacional de Previdência Complementar e da Câmara de Recursos.

Eu só quero saber a sua resposta com relação à PETROS: se ela foi fiscalizada, na mesma oportunidade, no mesmo investimento do Galileo, da Gama Filho, como foi o POSTALIS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Marcus Vicente, no plenário está em curso uma votação nominal. Então, vamos suspender a reunião por 3 ou 4 minutos para irmos votar. Retornaremos em 4 minutos com a sua resposta.



O SR. HENRIQUE JÄGER - De forma objetiva, sim, nós fomos fiscalizados.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Eu gostaria de solicitar que os autos dessa fiscalização fossem enviados a esta CPI.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eles já foram enviados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eles serão enviados.

Ainda há alguns questionamentos da minha parte. Só falta a sua consideração final.

O próximo depoente, o Sr. Adir Assad, já se encontra presente em plenário para a continuidade dos trabalhos.

Vamos ao plenário votar. Retornaremos em 4 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Estão encerradas as inscrições.

Conforme foi dito, a sua fala foi bastante ampla assim como as perguntas do Relator e dos demais membros. Agora, um tema ficou em aberto. Eu acho que a parte operacional ficou bastante clara. Mas me permita entrar mais na parte política e na parte das relações que podem configurar o emparelhamento do Governo na PETROS e também no tráfico de influência, que, porventura, pode ter acontecido em outras gestões e também na atual.

Temos um fato que nos chama a atenção. Na delação premiada do Sr. Alexandre, o Chambinho, foi citado, explicitamente citado, o Sr. Lício Raimundo da Costa, atual Diretor de Investimento da PETROS; e também, em situação muito semelhante, na Operação Acarajé, foi incriminado o Sr. Armando Tripodi, mais conhecido com o codinome de Bacalhau, que foi afastado das funções de Gerente Executivo de Responsabilidade Social da PETROBRAS.

Em duas oportunidades, essas pessoas foram citadas nas delações premiadas e tiveram duas decisões diferentes. A PETROBRAS resolveu afastar da Gerência de Responsabilidade Social o Sr. Armando Tripodi.

Na PETROS, o senhor decidiu lá manter o Sr. Lício da Costa Raimundo. Não gera nenhum tipo de constrangimento essa convivência? Será que, para uma melhor apuração, não seria melhor o afastamento dele das funções, Sr. Jäger?

O senhor pode responder.



O SR. HENRIQUE JÄGER - Bom, Deputado, eu não tenho conhecimento da delação do... Como é o nome? Alexandre...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Alexandre Romano, o Chambinho, Vereador do PT.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Vi pela imprensa. As matérias vinculadas na imprensa faziam alusão à carteira de crédito. Posso afirmar para o senhor que o que estava escrito ali não guarda nenhum nexos com a realidade. Então, nada do que estava escrito ali guarda nexos com a realidade. Deságio de 80%, contratação de escritório de advocacia, isso não aconteceu. Isso não tem como acontecer. Nós selecionamos três gestores para essa carteira de crédito. Qualquer decisão desses gestores tem que passar pela Diretoria da PETROS. Não permitimos quarteirização. O indicativo é de análise dos escritórios atuais, mas o gestor tem autonomia para definir quais são os escritórios, porque nós terceirizamos a gestão da carteira. E cabe ao gestor. Foram contratadas empresas de um mercado. Passaram por um processo de seleção conduzido pela Diretoria de Investimento. E cabe ao gestor definir como é que vai ser essa trajetória de recuperação de crédito. Não é o Presidente da PETROS quem indica o Diretor; quem indica é a patrocinadora, referendada pelo Conselho Deliberativo. Não é o Presidente da PETROS quem troca o Diretor; quem troca o Diretor é o Conselho Deliberativo. Então, assim, agora, confesso para o senhor que nada do ponto de vista...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Conselho Deliberativo se pronunciou sobre o tema, sindicância interna ou alguma coisa assim?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Do ponto de vista do Diretor Lício, foi feito um processo de investigação e não se chegou a nenhuma... A informação que eu tenho é que não se encontrou nada. Eu fiquei conhecendo ele quando eu fui para a PETROS. Em relação à atuação dele na PETROS, não se encontrou nada. Essa foi a informação que foi passada para mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com o Lício não se encontrou nada. Também tem sindicância interna da Sete Brasil, não é isso?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Você falou três empresas. Quais são?



O SR. HENRIQUE JÄGER - Na Sete Brasil não. Nós estamos em andamento, com uma sindicância que está em andamento — então não pode se afirmar que não encontrou nada, eles têm autonomia —, pediram prorrogação das operações originadas no BVA, Galileo, que nós inclusive fomos autuados pela PREVIC, e Itaúsa. Nós não; os diretores anteriores foram autuados pela PREVIC, no caso de Galileo e Itaúsa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - No caso, Galileo e Itaúsa. Itaúsa é hoje, inclusive, a matéria que o *Folha de S. Paulo* traz, que fala da condenação na infração, pela PREVIC, do ex-Presidente, salvo engano, Luiz Carlos Afonso.

A PETROS, como recebeu essa informação nessa sindicância interna, essas conclusões, tem pretensão de que sejam apresentadas quando? Porque esse caso da Itaú S.A., que se chama Itaúsa, ele também envolve a Camargo Correa, que é uma empreiteira envolvida com a Lava-Jato. É uma aquisição de 3 bilhões de reais. E que já tem irregularidades apontadas pela PREVIC. Isso também... A PETROS não pode só ficar assim e dizer “*estou aguardando posição*”.

Vocês se pronunciaram, em alguma instância, sobre esse caso?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, a condenação na PREVIC está no âmbito administrativo. E a condenação, Deputado, não guarda relação nenhuma com o preço. A condenação, no caso da Itaú S.A. é porque, para adquirir a Itaú S.A., foram utilizados títulos que foram pagos na PETROBRAS, foram aportados na PETROS pela PETROBRAS, no ano de... entre 1998 e 2000... 2001, não sei, numa tentativa de reestruturação da PETROS, que a PETROBRAS fez, de criar uma PETROBRAS Vida. Quando ela aportou esses recursos na PETROS, esses títulos, ela determinou que, se a PETROS viesse a utilizar esses títulos, ela tinha que comunicar à PETROBRAS. E a autuação se deu porque a PREVIC entende que a PETROBRAS não foi comunicada. A defesa — e eu não estou fazendo defesa aqui do Presidente — é a seguinte: “*Olha, como a PETROBRAS não foi comunicada, se tinham três representantes Itaúsa da companhia no Conselho Deliberativo da PETROS, que tomou a decisão de comprar as ações da Itaúsa?!*” Então, a companhia sabia. Mas a autuação foi por conta do fato, em tese, segundo a PREVIC, de a companhia não ter sido — a PETROBRAS — avisada de que aqueles títulos seriam utilizados para



comprar as ações da Itaúsa. Mas nós estamos atentos, Deputado, a todas as informações. Nós estamos atentos. Eu me comprometi aqui na primeira sessão e continuo com o compromisso de fazer valerem os interesses dos petroleiros. Se for identificado desvio de recurso, nós vamos atrás. Se eu não for atrás, eu não fico na PETROS. Essa é uma decisão da controladora, essa é uma decisão do Conselho Deliberativo, e nós vamos cumprir. Então, tenha certeza disso. A comissão está em andamento. Assim que o resultado ficar pronto, se esta CPI ainda estiver em andamento, nós passamos para os senhores. Depois também me comprometo a passar, porque eu tenho certeza de que os senhores vão continuar militando no tema, porque se inteiraram sobre o tema, se aprofundaram sobre o tema, então vão continuar fazendo esse debate aqui dentro da Casa. Mas está em andamento, eu não tenho condições. Eu não sou da comissão. Eles me pediram mais tempo porque queriam aprofundar os trabalhos. Começaram olhando a operação no início, mas depois avaliaram que têm que olhar o meio e o final também. Então, é um processo que demanda tempo. Eles trabalham na casa, portanto têm todas as tarefas, além disso. Então, não conseguem ficar *full time* nisso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nesse caso da Camargo Corrêa, existe realmente uma grave denúncia de que haveria informação privilegiada que levou algumas pessoas a terem ganhos exacerbados, diante dessa informação da aquisição de 3 bilhões de reais. É sobre isso que a CPI está se debruçando.

Imagino que, quando o senhor fala que tem que analisar não só o final, mas também o início e o meio da operação, deve ser exatamente soes essas peculiaridades que estranham, por exemplo, uma aquisição que foi feita no dia 30 de dezembro, na última meia hora final do pregão. Quer dizer, na última hora do último dia do ano, como quem quer passar despercebido. Coincidências existem, mas nós temos que estar atentos a esse caso.

Eu concludo. A gente foi para a Camargo Corrêa, que tem problema com a Lava-Jato e tem essa operação extremamente suspeita, na PETROS, de 3 bilhões de reais. E eu volto para o caso do Sr. Armando Tripodi, que nós citamos, que apareceu indiciado na Operação Acarajé.

O senhor disse que é da patrocinadora a responsabilidade de afastá-lo. A patrocinadora o afastou do cargo de Gerente de Responsabilidade Social da



PETROBRAS. O Sr. Lício da Costa Raimundo continua lá como Diretor de Investimentos, mas a Sra. Thais Brescia se afastou, que era Diretora de...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, a Thais foi selecionada pela Diretoria de Investimento para ocupar a Gerência de Crédito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sim, foi selecionada, por esse mesmo Lício, para a Gerência de Crédito. E tem a questão de escritório de advocacia, que eles eram sócios, algo desse tipo.

A saída da Thais Brescia foi justificada por quê, a gerente de investimentos?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Por questões operacionais. Ela foi contratada pela experiência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Questões operacionais?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Perdão, Deputado. Ela foi contratada para estruturar o processo de recuperação de crédito. Trouxe uma experiência que está sendo, inclusive... O trabalho que ela realizou ali está servindo de parâmetro inclusive para o POSTALIS e para outras instituições que têm problemas em carteira de crédito que vão ter que fazer reestruturação. A PREVIC está apontando isso como um caso de sucesso. Ela estruturou o processo, mas a gente avaliou que, finda essa parte de estruturação, o perfil dela não se enquadrava ao perfil da PETROS, que é mais operacional. Uma pessoa que vem do setor privado, muitas vezes ela toma decisões ou tende a tomar decisões num ritmo que é diferente de uma pessoa na fundação. Então, qual foi a nossa opção? Ela reestruturou o processo. A gente entendeu que ela já tinha cumprido o papel dela, e decidimos colocar um funcionário da casa, com mais de 25 anos na casa, para estar gerenciando uma funcionária que já foi gerente inclusive no período anterior a 2003. Ela já tinha sido gerente, já tinha sido gerente executiva na casa e continuou ocupando. E a gente direcionou ela para lá, para tocar o dia a dia, depois de feito o processo de reestruturação. Com relação ao escritório citado na reportagem, ele nunca prestou serviço para a PETROS e não vai prestar serviço para a PETROS, e não foi contratado pela PETROS e nem pelos gestores que estão na carteira atual. Com relação a Guarulhos, eu posso dar a informação que o senhor queria, de INVEPAR, em relação ao aporte da INFRAERO?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sim.



O SR. HENRIQUE JÄGER - Nos outros dois, ela fez. Este ano, ela está discutindo. Nos outros dois, ela acompanhou. Essa é a informação que a minha assessoria passou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, está certo, porque, pelo levantamento que nós temos aqui, a dívida da INVEPAR sempre dá uma subida muito alta quando chega o momento do pagamento da outorga. V.Sa. vai assumir a presidência, esteja muito atento a isso, porque há estudos em andamento que dizem que o excesso de privilégios que a OAS goza acaba colocando em risco a saúde financeira do investimento. Como o Deputado Marcus Pestana disse, *a priori*, ele é muito interessante, mas tem se colocado inviável, com um déficit muito acima do que era a expectativa do negócio.

Quando eu falo de privilégios da OAS é porque ela, mesmo sendo cotista — e aí me confirme essa informação —, a OAS, mesmo sendo cotista, ela é contratada para prestar os serviços de construção de que a concessão necessita. O senhor confirma?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Era, era.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Era, não é?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Era, não é mais. Bom, ela está saindo no dia 14, não é? Isso é um passo importante para a companhia se reestruturar. A governança... Ela tinha que fazer uma proposta. A BR-040, ela não está lá, mas a BR-040 a INVEPAR ganhou. Então, a OAS tinha preferência de apresentar uma proposta. E essa proposta era analisada por uma consultoria externa, que dizia o seguinte: *“Olha, está em parâmetro de mercado”* ou *“não está em parâmetro de mercado”*. Então, não é que ela diretamente, automaticamente, ganhava. Não, ela apresentava uma proposta que era analisada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tem alguma que ela não fez? Ou ela ganhou todas?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Confesso que eu não tenho essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não era automaticamente, mas ganhou todas?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não tenho essa informação, Deputado, porque eu entrei a partir de...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Desde que você entrou, é ela?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, ao contrário; ela saiu. Desde que eu entrei, ela estava em crise, em RJ, então ela não tinha condição de fazer frente aos desafios. Ela, ao contrário, perdeu a 040, saiu das obras de Guarulhos. Foi saindo de todas, porque ela não tinha mais condições de executar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quem está tocando as obras agora? Você sabe dizer?

O SR. HENRIQUE JÄGER - São empreiteiras de menor porte. Guarulhos, eu não tenho certeza, mas a BR-040 são empreiteiras de menor porte, pegando lotes menores. A estratégia é redução de custos. A companhia está... A gente está monitorando muito o custo da companhia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Talvez o custo dessas obras, sem ser a OAS, vá diminuir. Essa é a expectativa?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Temos um problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Fazia obra privada a custo de obra pública.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Temos um problema que é assim: pode diminuir na ponta, mas toda a engenharia de obra, todo o processo de logística, a INVEPAR não precisava porque a OAS fornecia. E com a saída da OAS, a INVEPAR vai ter que estruturar toda essa área. E numa empresa de concessão, como a INVEPAR, isso não é barato. Então, se de um lado podia ser um pouco mais caro na obra, você tinha custos que você não executava por conta de ter a OAS como sua sócia estratégica. Então, não consigo fazer essa afirmação, *a priori*, de que foi melhor ou pior, porque tinha benefícios, mas também tinha custos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradecido. Agora V.Sa. tem o prazo para as considerações finais.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eu quero agradecer aos Srs. Deputados aqui presentes, aos Exmos. Srs. Deputados, a V.Sa., ao Presidente e ao Relator pelo tratamento respeitoso, e a todos os demais Deputados; e me colocar à disposição para qualquer esclarecimento. Confesso que pretendo não vir aqui mais, não. Espero! (*Risos.*) Posso vir, não para depor. Mas quero agradecer a participação e colocar a PETROS à disposição para qualquer dúvida.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu acho que, das informações que o senhor trouxe aqui, essa decisão da PETROS de rever o seu investimento nos FIPs — Fundos de Investimento em Participações, os investimentos estruturados, ela é importante. Não adianta nós contaminarmos ou condenarmos o veículo. Não é o FIP pelo FIP que é condenável; existem bons e existem maus gestores. O problema é que quem quer fraudar, quem quer desviar, quem quer roubar tem encontrado nos investimentos estruturados uma oportunidade melhor, porque existe um controle menos rigoroso, facilidades de encobertar determinadas operações, que acabam dando prejuízo. Até porque, como o senhor mesmo citou aqui, o resgate desses investimentos é a longo ou até mesmo a longuíssimo prazo, e quando se passam 10 anos ou 15 anos, a própria Diretoria, que já mudou, não carrega sobre si, nos seus ombros, a responsabilidade das suas escolhas.

Então, eu tenho certeza de que o Relator está atento a esse tema. E dentro do pilar propositivo da nossa Comissão, Sr. Henrique Jäger — porque logicamente, neste momento, o pilar investigativo ganha mais realce, está na vitrine —, mas o pilar propositivo de modernizar e aperfeiçoar a legislação será a grande contribuição que esta CPI poderá dar, diminuindo as vulnerabilidades e as fragilidades que o sistema atual oferece, em que são os aposentados os maiores prejudicados. Com a apropriação do dinheiro dos aposentados para uma agenda que não é do interesse deles, eles estão tendo que pagar a conta da corrupção.

Muito obrigado pela sua presença. Está dispensado, pode se retirar, ao lado do Sr. Alexandre Barenco Ribeiro.

No momento, convido o Sr. Adir Assad a tomar assento à mesa para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Ele virá acompanhado do seu advogado, Sr. Miguel Pereira Neto.

Estamos aguardando, enquanto S.Sa. toma assento. *(Pausa.)*

Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso, que integra o formulário de qualificação, de cujo teor solicito que faça a leitura. É o juramento, Sr. Adir Assad.

O SR. ADIR ASSAD - Faço...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas tem que fazer o juramento e ler a consequência sobre os mesmos. Não foi apresentado *habeas corpus*, portanto o juramento é obrigação regimental para tal.

O SR. MIGUEL PEREIRA NETO - Conforme consta da intimação que ele recebeu, ele tem direito a exercer as prerrogativas constitucionais, e isso acaba dando ensejo ao direito de permanecer em silêncio. A condição que ele vem aqui hoje acaba trazendo essa faculdade. Então, o juramento acaba sendo dissonante com essa...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O juramento é para dizer a verdade. Aquilo que ele responder, ele responde a verdade. Se ele não responder nada, ele não está faltando com a verdade.

O SR. MIGUEL PEREIRA NETO - Está certo. É só para deixar clara essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Faça o juramento, Sr. Adir Assad, por favor.

O SR. ADIR ASSAD - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo, art. 203 do Código de Processo Penal.

Eu entendi, até porque sou um jurista como ele, a assertiva do Sr. Miguel Pereira Neto, seu advogado, e me permita esclarecer qual é a sua condição neste momento.

O senhor e qualquer cidadão brasileiro tem o direito de fazer uso das prerrogativas da Constituição Federal. O senhor está vindo a esta Comissão na condição de testemunha sobre vários fatos que nós investigamos, que envolvem *a priori*, por exemplo, a relação entre o Trendbank e a sua relação com o fundo de investimentos no Trendbank, e a suspeita de cometimento de crimes e fraudes.

A sua condição aqui e o seu eventual silêncio têm consequências jurídicas, e o seu corpo jurídico sabe disso. A sua condição de testemunha passará a ser a condição de investigado, e provavelmente constará no relatório final como indiciado, porque o seu silêncio — e o senhor tem o direito de permanecer em silêncio — pode gerar, no juízo de valor da Comissão, um juízo de culpa, de confissão dos fatos que



estão sendo alegados contra o senhor. Tal qual uma revelia no Processo Civil, essa é uma leitura que pode ser feita do silêncio; até porque — não me chame de parcial, Deputado Enio Verri —, quando o Sr. Vaccari Neto esteve aqui, falei exatamente a mesma coisa que falarei para o senhor: nunca vi ninguém que veio se sentar aqui nessa cadeira ficar calado e ser inocente.

Se é uma opção que o senhor faz, esperamos que seja capaz de provar sua inocência. Este é o momento da sua defesa. Se a opção da sua defesa é permanecer em silêncio, ninguém vai lhe obrigar a falar. Agora, isso gera consequências para o processo de investigação que está em curso e para o relatório final, que será o juízo de valor do Deputado Sergio Souza e será aprovado ou não com os votos dos demais membros.

Sr. Miguel, quer fazer o uso da palavra?

O SR. MIGUEL PEREIRA NETO - Só uma observação, Sr. Presidente. É que o exercício do direito ao silêncio, ele não agrava e nem atenua. Ele não pode ser prejudicial e nem beneficiar. Então, acho que depende, obviamente, do andamento dos trabalhos da Comissão, sempre muito precisos. Existe aqui um desconhecimento do Sr. Adir Assad com relação ao teor do processamento dos atos desta digna Comissão. E o exercício dessa prerrogativa, dessa faculdade, acaba não agravando nem atenuando, então não implicaria, *data maxima venia*, com todo o respeito, não implicaria uma condição de revelia e não implicaria uma condição de aceitação com qualquer tipo de acusação. E, conseqüentemente, acabaria com o que seria, vamos dizer, discricionariedade ou conclusão da própria Comissão essa questão de ser ou não indiciado. E o fato de ele se convolar à condição de testemunha para investigado, ele realmente depende do exercício dessa investigação, e não necessariamente como conclusão do ato de ele permanecer em silêncio, com todo o respeito, claro. Então, a prerrogativa do silêncio, constitucionalmente garantida, ela traz essa condição. Ela vai acrescentar algo ao inquérito? Ela acaba não acrescentando, principalmente por ele não ter conhecimento desses fatos. Assim, por conta de uma condição dele de não estar mais, não permanecer no quadro dessas empresas, não ter presença no quadro dessas empresas que são citadas, ele não as conhece. Essa é a condição, única e



exclusivamente isso. Só para fazer esse primeiro... O senhor me perdoe estar intercedendo, até, com relação a esses esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu estou sendo tolerante, Sr. Miguel. E acho que o meu interesse é a busca da verdade.

O senhor já começou até a dar respostas por ele aí sobre a questão de fazer ou não parte das empresas. São esses fatos, por exemplo, que nós gostaríamos que fosse ele quem dissesse, que ele respondesse sob o aspecto do juramento.

E o senhor está... e esse aspecto do juramento quer dizer que, daqui para a frente, o que o senhor falar tem que se comprometer com a verdade, porque o senhor, se falar como testemunha, e amanhã tivermos elementos que mostrem serem falsos esses testemunhos, o senhor pode incorrer no crime de falso testemunho. Se o senhor optar por ficar em silêncio, como foi dito aqui, se nós tivermos elementos que apontem sua culpa — e a oportunidade de defesa que o senhor tem é esta —, amanhã essa formação de culpa e esse convencimento, diante do seu silêncio... Não teremos nada de contradita ao que foi dito. Com certeza, influenciará.

Que fique bem claro: este aqui é um momento que, mais do que de acusação, é uma oportunidade de o senhor se defender. O senhor fará a opção expressa de não utilizá-lo. O senhor pode fazer isso. Agora, as consequências para o desenrolar da investigação existem, tal e qual, porque esta CPI é dotada dos poderes investigatórios que tem um magistrado. Se o senhor é chamado para depor ao Juiz Sérgio Moro, chega lá e fica calado, não diz nada a ele, nem ele pode lhe obrigar a falar, mas, na hora da sentença, isso vai ter um juízo de valor, se ele tiver provas e o senhor não tiver a oportunidade de se defender.

Aqui, como não tem citação para defesa escrita, o momento da sua defesa é este. Se o senhor não tem o conhecimento — poderia ter, porque os fatos estão publicizados —, mas, se não tem o conhecimento, o que vamos fazer são perguntas. As perguntas o senhor deve responder com a verdade ou não. Mas fica a seu critério o uso do silêncio.

Com a palavra o Relator, Deputado... *(Pausa.)* Perdão, o primeiro é ele.

O senhor à sua disposição 20 minutos para a apresentação pessoal e eventuais considerações que deseje fazer.



O SR. ADIR ASSAD - Boa tarde, Srs. Parlamentares, Sr. Presidente, Sr. Relator. É só um curto depoimento. Sou engenheiro civil, tenho mais de 30 anos de formado, e tenho pós-graduação em Marketing e Entretenimento, no qual trabalhei — no entretenimento — há mais ou menos 33 anos. A gente acabou colaborando para trazer os maiores espetáculos da terra para o Brasil. Paralelamente a isso, como a minha formação é de engenheiro civil, a gente acabou abrindo umas empresas de engenharia, com a qual nós fizemos alguns serviços de terraplenagem. O fato de o Dr. Miguel pedir para eu ficar em silêncio não tem nada de ver a minha culpa, porque eu tenho certeza que não tenho culpa nenhuma. Na verdade, assim, eu saí da minha empresa. Eu estou sendo... Eu fui condenado na Lava-Jato, como todo mundo sabe aqui. Estou preso, estou preso na minha casa. Fiquei 9 meses lá no CMP e saí das empresas em 2008, conforme os contratos sociais. Por isso, esses fatos que estão vindo aqui são muito tempo depois, 2012, 2013, 2014. Eu já estava totalmente mesmo fora das empresas. É por isso que, por orientação do meu advogado e por eu não saber nada que eu possa colaborar com... As minhas empresas, principalmente a área de entretenimento até, a gente nunca, nunca eu trabalhei para ou fiz serviço, nunca para alguma empresa governamental. E nunca para empresa de governo. Nunca trabalhei para empresa de governo e nunca para fundos de pensão. Não conheço, não sei nem os nomes dos fundos de pensão. Então, é por isso que eu vou pedir para ficar em silêncio só. Porque tenho a preocupação ainda de estar preso em casa e tal. E acho que já estou com muito problema e posso me atrapalhar mais ainda. Mas eu tenho a absoluta certeza que aqui eu não tenho nada a ver com fundo de pensão, nunca tive. Não tenho por quê, não é? É isso, só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, Sr. Adir Assad, o apelo que a Comissão faz é que o senhor fale. Se o senhor diz que não tem nada a ver... Uma coisa é o senhor optar pelo silêncio, a outra é o senhor dizer que não tem nada a ver. Por exemplo, o senhor acabou de dizer agora: *“Desde 2008 que eu saí das empresas”*. Se isso é fato, o senhor estará falando a verdade. Se isso não é fato, nós iremos buscar essas informações. Vamos perguntar quem lhe sucedeu, qual a sua relação com quem lhe sucedeu.



O senhor foi citado na delação premiada do Senador Delcídio Amaral — que é em 2010 — como quem operacionalizava, através de suas empresas, notas fiscais frias para serviços não prestados que serviam de pagamento de propina. Para o senhor dizer se isso é verdade ou se isso é mentira. Se for mentira, o senhor diz que é mentira. Agora, ficar em silêncio...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - ... Ihe coloca em uma posição de quem está aceitando essa informação e deixando a cargo do mero juízo de valor dos Deputados as informações que nós temos.

A minha sincera percepção é de que aqui é muito mais uma oportunidade de defesa sua perante inclusive a sua família, perante seus amigos...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, só uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para concluir, Sr. Relator.

Perante as pessoas. O senhor disse que está em prisão domiciliar, com certeza é cobrado pelos amigos e pela família para salvar a sua história, para salvar a sua integridade, para contar a verdade. E aqui o senhor tem essa oportunidade. O seu silêncio traz prejuízo à Comissão? Traz, mas nós temos investigação e temos provas. Agora, o seu silêncio traz muito mais prejuízos à sua defesa e à sociedade brasileira, que quer conhecer a verdade.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, aqui é a Casa da representação da sociedade, do povo brasileiro, e muita responsabilidade recai sobre o Congresso Nacional neste ano. E não é diferente nesta CPI. Nós temos aqui o dever de promovermos a investigação e de, ao final, apresentarmos um relatório que venha a melhorar a gestão dos fundos de pensão, a governança, e que venha a coibir maus investimentos e corrupção.

E nós temos aqui um método adotado por esta CPI, em casos como o de V.Sa., Sr. Adir, de transformar a sessão em reservada, num compromisso de o senhor falar à Comissão reservadamente. Só faríamos isso se V.Sa. assumir o compromisso de falar. Isso tem um sigilo. E hoje — eu não sei se o senhor já estava aqui no plenário ou não —, o Presidente da PETROS, ele fez um elogio à CPI de que transferiu diversos documentos sigilosos, e nunca vazou uma única informação



desta CPI, porque nós temos responsabilidade. E olha que nós já ouvimos algumas pessoas na forma reservada.

Então, consulto o Presidente se poderíamos indagar ao depoente se ele concordaria em transformar a sessão em reservada e responder as perguntas que a CPI tem a fazer a S.Sa.

O SR. ADIR ASSAD - É que eu não tenho nada a revelar sobre principalmente sobre esse assunto, entendeu, Excelência. E aí eu vou, então, permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deixe-me questionar uma coisa: o senhor teve relação com o Sr. Júlio Adolpho do Trendbank? O senhor o conhece?

O SR. ADIR ASSAD - Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor disse que, sobre esse assunto, não tinha nada a ver. Eu estou lhe fazendo uma pergunta sobre esse assunto. O Sr. Júlio Adolpho, Presidente do Trendbank, o senhor o conhece?

O SR. ADIR ASSAD - Eu vou, desculpa, com todo o respeito ao senhor, eu vou me permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, o senhor está desdizendo o que o senhor disse, porque o senhor disse que ia responder que não tinha nada a ver com isso, agora o senhor já está dizendo que não vai responder. É porque tem a ver, está entendendo? Esse é o sentimento que nós temos. É um juízo de valor. É um juízo de valor que nós iremos comprovar, porque o senhor disse para mim que vai responder àquilo que tiver a ver com os fundos de pensão, mas sabe que não tem nada a ver. Quando eu lhe pergunto sobre o tema fundos de pensão... Porque eu estou notando que o constrangimento do senhor — e acho que foi isso que o Relator quis dizer — é quanto à aparição do seu nome na delação premiada do Senador Delcídio do Amaral, que o colocou como operacionalizador de caixa dois para a campanha da Presidente Dilma. O senhor teve conhecimento desse fato? O senhor teve conhecimento da publicação?

O SR. ADIR ASSAD - Pela revista. Eu vi e fiquei sabendo pela revista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sim, viu que o seu nome está envolvido?



O SR. ADIR ASSAD - Vi pela revista *Veja*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Isso o senhor viu?

O SR. ADIR ASSAD - Sim, mas aquilo não é uma delação para mim. Primeiro, não conheço o Senador Delcídio. Depois, nunca ouvi falar do Sr. Filippi, nunca na minha vida, nunca, nunca. Nunca liguei, nunca falei, nunca ouvi falar. Ele comentou uma coisa que eu nunca ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E o senhor atribui a que essa fala dele?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer as minhas perguntas, mesmo que ele não vá responder.

O SR. MIGUEL PEREIRA NETO - Ninguém teve acesso a essa delação premiada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor está correto, Sr. Miguel, a delação premiada ninguém viu, mas nós temos uma notícia, e a notícia envolve o nome dele. Ele atribui a quê? Que o Sr. Delcídio poderia... Ele disse que não conhece o Senador Delcídio.

A que o senhor atribui? Que tipo de relação?

O SR. MIGUEL PEREIRA NETO - Ele não tem o que dizer.

O SR. ADIR ASSAD - Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas é bom para o senhor. É uma oportunidade que o senhor tem de se defender, porque, se o senhor está dizendo aqui que não conhece o Senador, que nunca o viu, que nunca teve...

O SR. MIGUEL PEREIRA NETO - Sr. Presidente, com todo o respeito, isso não faz parte nem da investigação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Faz.

O SR. MIGUEL PEREIRA NETO - A delação do Senador Delcídio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Faz, faz, porque vai chegar ao Trendbank, e tinha a operação da empresa Rockstar. A empresa Rockstar não é do senhor?

O SR. ADIR ASSAD - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor não teve participação nela?



O SR. ADIR ASSAD - Em 2008.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Em 2008, o senhor esteve na empresa Rockstar. Depois, o senhor a passou para quem? Quem foi a sucessão dessa empresa?

O SR. ADIR ASSAD - Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas não é sobre fundos de pensão, Sr. Adir! É a sua defesa, é a chance que o senhor tem! Por quê? Sabe o que temos? Nós temos a informação de que a empresa Rockstar do senhor era a empresa que servia para a emissão de notas fiscais frias. Por exemplo, essa é a informação que a CPI tem. Se o senhor está dizendo agora que não é, isso já está o ajudando, já está o ajudando, senão o senhor vai ser indiciado, porque é a informação que nós temos. Esses papéis, os papéis dos contratos da Junta Comercial e todas as informações dizem que são. O Sr. Júlio Adolpho esteve aqui. Disse que o conhecia. Inclusive, a Trendbank patrocinou corridas de carro de que o senhor fazia parte. O senhor não é piloto de carro?

O SR. ADIR ASSAD - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas participava com a equipe?

O SR. ADIR ASSAD - Desculpe-me, Sr. Presidente. Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu passo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É realmente triste um fato como este, de nós não conseguirmos ter do depoente as respostas que precisaríamos para a elaboração do nosso Relatório, para a conclusão dos nossos trabalhos.

Mas, Dr. Miguel Pereira Neto, nós reconhecemos os direitos constitucionais das testemunhas e os respeitamos. No entanto, também é direito desta CPI esclarecer à sociedade, aos membros da CPI, à Consultoria, a todos que estão aqui, os fatos de que a CPI já tem conhecimento. E, por mais que V.Sa. não vá responder, eu vou colocar a V.Sa. algumas questões. Se, durante a exposição, V.Sa. entender que deve esclarecer, até mesmo para dizer que não é verdade, que a informação está incorreta, desde que diga a fonte de sua assertiva...



Então, eu vou iniciar com o seguinte, Sr. Adir Assad: esta CPI foi criada para investigar possíveis desvios, malversação, corrupção dentro de quatro fundos de pensão, POSTALIS, PETROS, PREVI e FUNCEF. Nós chegamos, por um dos itens da investigação, ao caso Trendbank, um fundo de investimentos de direitos creditórios — inclusive, o Presidente da PETROS, que acaba de sair desta CPI, nos relatou sua preocupação e as atitudes que está tomando com relação ao Trendbank.

Ele afirmou aqui, há questão de minutos, Deputado Rubens Bueno, que o grande problema foi que não havia controle dos títulos, dos direitos creditórios, e chegou-se a um momento em que se perdeu. Hoje, 95% dos 400 milhões de reais captados desse Trendbank já são dados como prejuízo, porque aquele que captava o recurso não teve nem a responsabilidade de assinar uma promissória. Foi uma lavagem, literalmente uma lavagem de dinheiro dentro do Trendbank — é o que nós começamos a perceber, pelas informações que nós temos.

E, dentro do Trendbank, nós temos a informação de que 140 milhões de reais foram cedidos, ou seja, as promissórias, os contratos davam em garantia que foram sacados do fundo do Trendbank 140 milhões de reais. E, dando como garantia a essas promissórias, vieram das empresas... Ao final, eu quero saber se V.Sa. já ouviu falar destas empresas: Dream Rock Entretenimento Ltda., Rock Star Produções, que o Presidente já citou, Rock Star Marketing Ltda., SP Terraplenagem — V.Sa. acabou de falar aqui que abriu uma empresa nesse sentido — Mucla Assessoria e Muca Propaganda. O Senhor já ouviu falar dessas empresas?

O SR. ADIR ASSAD - Desculpe-me, Sr. Relator, mas eu vou permanecer calado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo, mas eu vou recuperar a memória de V.Sa.

Segundo informações da Polícia Federal — eu acho que o senhor já ouviu falar da Operação Saqueador, porque ela é bem recente —, todas essas empresas são vinculadas a V.Sa. — todas elas, sem exceção —, e utilizadas para lavagem de dinheiro. Essa é uma informação da Polícia Federal.

E nós temos todo um relatório aqui, com a ajuda da Polícia Federal, que mostra, por exemplo, que a SP Terraplenagem Ltda., que a Power To Ten Engenharia Ltda. têm endereços de fachada, que mostra que há pessoas ligadas a



V.Sa. ou a essas empresas. Nós temos um relatório demonstrando que todas elas têm ligação com V.Sa. — todas, sem exceção —, e há datas, inclusive datas anteriores a 2008.

E, aí, vem o seguinte: V.Sa. tem a oportunidade de esclarecer a esta Comissão onde é que foram parar os 140 milhões que V.Sa., através das suas empresas, levou em títulos que não existem mais ao Trendbank. Os fundos de pensão... Eu não estou entrando nas questões mais recentes que o Presidente relatou aqui, da delação do Delcídio, que são fatos que têm correlação, sim, mas vamos ficar detidamente neste caso aqui: 73 milhões de reais investidos nos fundos de pensão da PETROS e da FUNCEF foram para dentro da Trendbank, e os 140 milhões não aparecem.

E, aí, eu vou refrescar um pouco mais a memória de V.Sa. e dizer o seguinte: é fato que V.Sa. trabalhou com empresas ligadas a uma categoria de acesso à Stock Car. Nós temos aqui, inclusive, a foto de um veículo dessa J. Star Racing onde está escrito Trendbank, grandiosamente. E quem intermediou os patrocínios que saíram do Trendbank? Vamos lembrar que são 400 milhões de reais cooptados e arrecadados dos fundos de pensão e das previdências próprias, na sua grande maioria. Eu posso ler aqui que, com exceção do KDB, que é um banco brasileiro e que tem 21% desse fundo, ou seja, algo em torno de oitenta e poucos milhões, o restante é do instituto de previdência.

É até bom para o cidadão nos ouvir, para saber se o seu município está envolvido nisso, porque são todos fundos, institutos de previdência municipais: Cubatão, São Bernardo do Campo, Hortolândia, Novo Hamburgo, Piracicaba, Assis, Praia Grande, Santa Fé do Sul, Taboão... E aí vem Itaquaquecetuba, vem o Estado de Tocantins, o Município de Birigui, Jundiá, e também a participação maior do próprio Trendbank, que tem 37%, além dos investimentos da PETROS e da FUNCEF.

Esta categoria, a cooptação de recursos para patrocínio... Sabe quanto o Trendbank doou para Muca e para a Mucla em patrocínio? Trinta milhões de reais. E está aqui no relatório da Operação Saqueador da Polícia Federal que a Muca e a Mucla, que são Muca Assessoria e Consultoria de Planejamento Empresarial Ltda. e



Mucla Propaganda de Marketing Ltda. são de V.Sa. Daí o Presidente nos falar que é a oportunidade de se defender. São informações que chegam à CPI.

E eu, como Relator, se não houver algo que diga diferente disso, eu vou colocar isso no relatório, porque são informações que eu tenho até agora como verdadeiras. Nós demos aqui a oportunidade de V.Sa. apresentar a contraprova, apresentar outro fato. Isso para nós da CPI é importante, porque, repito, é dever do Congresso Nacional não só legislar e fazer as leis, mas fiscalizar. O que esta CPI está fazendo aqui é fiscalizar.

Então, eu pergunto, ao final: cadê os 140 milhões? Está vendo que 30 sumiram só nos patrocínios para, talvez, satisfazer um *hobby* de V.Sa., que gosta de automobilismo. Trinta milhões sumiram do Trendbank. É um caminho que nós temos, que V.Sa. tem a oportunidade de dizer que de fato não é. E digo mais das informações que chegam para a gente: que V.Sa. esteve envolvido no caso da Delta.

A Delta, para quem não se lembra — aqui está um dos assessores da minha equipe, o Marcos Stan, que foi meu assessor no Senado Federal... Eu fui membro da CPI do Cachoeira, no Senado Federal e eu conheço com detalhes — o Deputado Rubens Bueno, que está aqui, também foi membro — a CPI do Cachoeira. E nós sabemos: aqui está dizendo a questão da Lava Jato; aqui está dizendo a questão mais recente agora que é a do Rio São Francisco — todos citam a participação de V.Sa. E no caso da Trendbank, não é diferente: também citam o nome de V.Sa.

Não podem os patrocinadores dos fundos de pensão, seja órgãos públicos, poderes públicos, como os Municípios, seja o Executivo, seja a PETROBRAS, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, seja os Correios, seja todos os beneficiários desses fundos de pensão pagar essa conta. É isso o que nós precisamos entender.

Há, inclusive, um caso mais recente em que o nome de V.Sa. aparece ao lado do nome do Alberto Youssef — são informações que chegam à CPI e que nós temos a oportunidade de esclarecer. Todos sabem que Alberto Youssef é o pivô da questão do petrolão, da questão da Operação Lava-Jato, que foi onde tudo começou.



Então, Sr. Presidente, lamento muito a frustração da CPI em não poder avançar e lamento, Sr. Assad, até mesmo o fato de o senhor não poder esclarecer a situação ao povo brasileiro e também de perder a oportunidade de se defender.

Nós aqui não inventamos essas informações. Esta CPI já está há mais de 6 meses trabalhando e vem colhendo informações. Os senhores puderam ver aqui que não são informações de alguém que veio depor, nós colhemos informações de todos os lugares. Nós temos a participação direta da Polícia Federal, que, inclusive, cede vários agentes e delegados, que participam conosco. Temos auxílio do Banco Central, da PREVIC, da CVM, temos auxílio de todas as áreas do Governo, do Tribunal de Contas da União, para nos assessorar, além da competente Assessoria da Câmara dos Deputados.

Nós temos muitas informações. Nós estamos preparados para entregar nosso relatório no início de abril — se houver necessidade, prorrogaremos por mais um período —, mas nós lamentamos chegar ao final e não ter a oportunidade de ver esses fatos esclarecidos.

Eu agradeço, Sr. Presidente, deixando ao Sr. Assad a oportunidade de se defender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor deseja fazer uso da palavra, diante das graves acusações trazidas pelo Relator sobre a sua pessoa, Sr. Assad?

O SR. ADIR ASSAD - Não. Obrigado por ter me dado a oportunidade de ficar em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O prejuízo é mais seu do que nosso.

Tem a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor convocado, a cada dia que passa, a preocupação com a situação do País aumenta, principalmente pela questão econômica, que se agrava, dada a incompetência da Presidente Dilma e dos amadores do PT, que, chegando ao poder, querem se aparelhar e lá ficar a qualquer preço. Esta CPI dos Fundos de Pensão comprovou o escândalo nacional dos bilhões de reais, a má gestão e a corrupção, de que o PT se



esquiva, dizendo que não é uma organização criminosa, quando o Procurador-Geral já o disse, escreveu e assinou.

Não bastasse isso, o Procurador da Operação Lava-Jato, na última sexta, em entrevista coletiva, disse que essa organização criminosa do mensalão teve processados, condenados e presos os maiores Líderes do PT, desde o Presidente, passando pelo Secretário e pelo Tesoureiro até o Chefe da Casa Civil, capitão do time do Presidente Lula.

Agora o Procurador está dizendo que essa organização criminosa continuou, e continuou muito mais ainda dentro do Governo. Se lá atrás era alguma coisa de milhões, daqui e dali, agora é o petrolão, fundos de pensão, ou seja, não há limite.

E eu me lembro do Relator Sérgio Souza, Sr. Presidente Efraim Filho, falando da CPMI do Cachoeira. Eu lá estava e fiz um voto em separado, dado o escândalo do relatório final apresentado e aprovado — escandalosamente aprovado. E, dentre os pontos e tantos outros, nós colocamos a questão das empresas do grupo do Sr. Assad: o dinheiro que veio de empreiteiras.

Há os números — eu estava agora olhando o meu voto em separado de então —, mostrando que a Andrade Gutierrez repassou para o Grupo Assad, às empresas laranja do Sr. Assad, 125 milhões de reais; a Galvão Engenharia repassou 36 milhões; a UTC repassou 53 milhões, e a Delta repassou 27 milhões mais 43 milhões. Aqui chegam os números dos 400 milhões, para poder dizer que esse dinheiro saiu exatamente daqueles que pagam os seus fundos de pensão.

Esse dinheiro saiu, Deputado Rocha, exatamente daqueles que pagam os seus fundos de pensão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agregarei o tempo de Líder ao seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Obrigado.

Está muito claro, muito cristalino que se tirou o dinheiro do trabalhador dos Correios — daquele que carrega o piano, que entrega a carta, que enfrenta cachorro bravo na porta de casa —, que se tirou seu dinheiro suado e descontado do seu salário para que ele possa ter um fim de vida digno. Foi surrupiado, corrompido, entregue às empresas do Sr. Adir Assad. Aliás, ele é um craque, porque são empresas laranja — ele é um verdadeiro produtor, ele tem uma produção enorme



para ter tantas empresas laranja, para receber milhões de reais para repassar ao PT, coordenado pelo Sr. João Vaccari, Tesoureiro Nacional do PT.

Essa é a fotografia. Esse relatório em separado que nós apresentamos na CPMI do Cachoeira foi para mostrar que aquele relatório era um relatório fictício, porque no roteiro inicial aprovado na CPI do Cachoeira, estava, inclusive, a quebra de sigilo bancário do Grupo Assad. Lá estava a convocação do Grupo Assad, para a qual nós apresentamos requerimentos que simplesmente foram atropelados, e o roteiro não foi cumprido. Então, aquela CPMI, mais uma vez, como tantas CPMIs que o PT e o Governo vêm blindar, vêm empastelar, vêm engavetar, leva a situações como esta.

Mas, como diz o povo, nada como um dia atrás do outro. Um dia aparecerão, sem dúvida, fatos como esses — agora até o ex-Presidente Lula já está se queixando da condução coercitiva, como se a condução coercitiva não fosse para todos, fosse para todos menos para o Lula.

Esse choramingar e querer se vitimizar no processo não leva a nada, porque meteram a mão, desviaram bilhões, para construir o sítio, para equipar o apartamento, que é de um amigo — o apartamento é do amigo, o sítio é do amigo, o jatinho é do amigo, tudo é do amigo, aí incluídos os milhões de reais repassados, dizendo-se ser por palestras, ao Instituto Lula, para chegar aos filhos, nas contas particulares.

É impressionante aonde nós chegamos, e é preciso dar um basta nisso. E o Juiz Sérgio Moro é quem está dando exatamente um basta nisso, quando identifica esses valores repassados às empresas laranja do Sr. Assad: Rock Star, Legend, SM Terraplanagem. São tantas coisas, tanto dinheiro, tantas laranjas, tantas empresas que não têm endereço, que não têm um funcionário! Que empresa são essas que não têm um funcionário?

Não é possível que, em vez de chegar aqui e dizer: *“Estou aqui como brasileiro. Eu peço desculpas pelos erros e vou ajudar a acabar com essa organização criminosa”*, nem a isso ele se presta! Nem a dizer *“eu errei e quero ajudar a desvendar isso”* ele se presta.

Então, Sr. Presidente, eu quero deixar aqui um protesto, em nome de servidores que tiveram dinheiro desviado do POSTALIS, da PETROS — aparelhada



pelo PT, que quer continuar aparelhando — e que estão pagando uma conta enorme, de milhões e milhões de reais desviados do Trendbank para as empresas laranja do Sr. Adir Assad.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu acho que da sua fala, Deputado Rubens Bueno, saiu uma ideia interessante. Diante do silêncio, que me parece que permanecerá, do Sr. Adir Assad, eu acho que na próxima sessão deliberativa colocaremos em votação requerimento de quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Adir Assad e das suas empresas. Tenho certeza de que o Plenário, diante dessa falta de vontade em colaborar, irá avaliar o nosso requerimento.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Pelo menos aí está valendo o meu voto em separado da CPMI do Cachoeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço sua contribuição.

Tem a palavra o Deputado Rocha.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, diante da iniciativa do depoente de não colaborar com esta CPI, eu quero só fazer algumas constatações.

É fato que esta CPI cumpriu e cumpre um papel muito importante, que é o de lançar luz sobre o terreno sombrio que são os fundos de pensão.

Há pouco, o Relator falou de um fundo de pensão privado, salvo engano, da Ordem dos Advogados, que não tem as contrapartidas que têm os fundos públicos, os fundos que têm investimento em recursos públicos, e que, ainda assim, é superavitário. Não é o que nós vimos, por exemplo, na FUNCEF, que vai fechar, segundo matéria do *Valor Econômico*, com déficit de 8,8 bilhões — 8,8 bilhões!

Como eu ia dizendo no início, esta CPI cumpre um papel muito importante. Assim como a Operação Lava-Jato começou a investigar e a descobrir os braços da organização criminosa que assaltou os cofres públicos do Brasil, na PETROBRAS, aqui nós começamos a desvendar outro braço dessa facção, outro braço dessa organização criminosa, que prejudicou os trabalhadores brasileiros, que prejudicou os trabalhadores da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, da PETROBRAS, dos Correios — esses perderam 25% das suas aposentadorias.



Eu quero dizer ao depoente que não fique tranquilo, porque certamente a Polícia Federal e o Ministério Público Federal vão dar continuidade às investigações e, mesmo diante do seu silêncio, eu sei que nós chegaremos à verdade.

Eu acredito no trabalho desta CPI — mais uma vez quero parabenizar o Presidente Efraim Filho e o Relator Sergio Souza — e, quanto ao que não foi levantado aqui, eu não tenho dúvida de que a Polícia Federal e o Ministério Público Federal têm elementos suficientes para dar continuidade e chegar à verdade.

Faço essa constatação, Sr. Presidente, e lamento mais uma vez a não colaboração do depoente, que certamente teria nesta CPI a oportunidade de se defender ou, então, de colaborar com os trabalhadores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

Sr. Adir Assad, o senhor deseja fazer alguma comentário em relação à intervenção do Deputado Rocha?

O SR. ADIR ASSAD - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ressalto mais uma vez a oportunidade que o senhor está tendo. O Relator trouxe informações: se não se trata do senhor, alguém está utilizando sua assinatura, porque há aqui documentos de constituição das empresas segundo os quais o senhor é o proprietário delas. O senhor poderia se defender aqui. Se não é o senhor, alguém está fazendo, e a sua negativa seria importante até para lhe preservar. Quando o senhor opta pelo silêncio diante das acusações que foram feitas, o Relator fica à vontade para, com as provas que têm, já que não foi apresentada contraprova, fazer o relatório.

O fato já é público, mas pergunto: a condenação do senhor na Operação Lava-Jato foi feita sob qual alegação? O senhor sabe informar?

O SR. ADIR ASSAD - Com todo o respeito, Excelência, vou continuar em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A informação é pública. O Sr. Rubens Bueno acabou de lhe trazer. Na sentença, fala que as suas empresas foram utilizadas como laranja: apresentação de notas fiscais frias, serviços que não foram prestados. E a delação premiada do Senador Delcídio casa com essa informação



quando ele diz que o senhor operacionalizou caixa dois para as campanhas da Presidente Dilma em 2010. Sobre isso, o senhor quer falar alguma coisa?

O SR. ADIR ASSAD - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Apenas que não conhece o Delcídio e nunca teve nenhuma relação com ele?

O SR. ADIR ASSAD - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nunca teve nenhuma relação com ele?

O SR. ADIR ASSAD - Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nem ele com as empresas?

O SR. ADIR ASSAD - Não, não. Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E a que o senhor atribui essa fala dele?

O SR. ADIR ASSAD - Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor está se sentindo prejudicado pela repercussão dos fatos?

O SR. ADIR ASSAD - Com todo o respeito que tenho pelo senhor, vou permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Se o senhor está em prisão domiciliar na sua casa, a sua família não lhe cobra que o senhor venha, como disse o Deputado Rubens Bueno, falar a verdade, expor a verdade e se colocar para acabar com essa organização criminosa que tomou conta do Brasil? Eles não lhe cobram isso?

O SR. ADIR ASSAD - Com todo o respeito, eu vou continuar em silêncio, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sr. Assad, está é uma oportunidade que o senhor tem de preservar sua integridade e de dizer a verdade sobre os fatos a respeito dos quais lhe perguntam. Esses fatos são públicos, vieram a público. Está todo mundo tomando como verdade que o senhor operacionalizou o caixa dois da Presidente Dilma em 2010, em virtude da delação do Sr. Delcídio. O senhor, pelo menos, poderia dizer que essas empresas não são suas. O senhor deveria que dizer alguma coisa para evitar que a sua situação aqui ficasse muito



complicada, mas o senhor, sob a orientação do seu corpo jurídico, deve ter a exata consciência da repercussão.

Eu solicito à Consultoria que prepare o requerimento de quebra do sigilo bancário, fiscal, telefônica e telemático do Sr. Adir Assad e de suas empresas para ser colocado em pauta na nossa próxima reunião deliberativa.

Considerações finais. É minha obrigação perguntar: o senhor deseja fazer alguma consideração final?

O SR. ADIR ASSAD - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião, antes convocando reunião para a próxima terça-feira, às 14h30min, com a oitiva do Sr. Antônio Carlos Conquista, ex-Presidente do POSTALIS, e a deliberação do requerimento já aqui anunciado.

Declaro encerrada a reunião.